

Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado

Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes¹

Armando Triches Enderle²

1 Versão resumida e modificada dos capítulos I e II da Dissertação de Mestrado em Sociologia na UFRGS, defendida em 26/09/2000, sob o título: *Trabalhadores por conta própria: estratégias de reprodução e identidade socioprofissional de agricultores familiares migrantes*.

2 Mestre em Sociologia – UFRGS. Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) – Sapucaia do Sul/RS.

Sumário

<i>Introdução</i>	3
<i>1 O mundo da roça: contexto de origem</i>	4
1.1 Um olhar sobre o contexto de origem.....	4
1.2 Mudanças no padrão tecnológico e na relação de mercado	9
1.3 A família: unidade econômica de produção e de consumo	12
1.3.1 Relações inter e intrafamiliares e estratégias de reprodução	12
1.3.2 Os efeitos da modernização da agricultura e a desruralização.....	16
<i>2 O mundo da cidade: nova realidade socioprofissional</i>	20
2.1 Um olhar sobre o contexto da chegada: repercussões do reencontro	20
2.2 Rumo à utopia: um destino comum?	23
2.3 A vida na cidade: uma releitura da realidade	25
2.3.1 A relação econômica na venda da força de trabalho.....	28
2.3.2 O tempo-relógio	29
2.4 Estratégias de reprodução familiar	31
2.4.1 Inserção nas novas condições de trabalho.....	31
2.4.2 Reconstituindo a rede inter e intrafamiliar e profissional.....	33
2.4.3 Assimilação dos impactos do novo modo de vida	35
<i>Conclusão</i>	38
<i>Referências bibliográficas</i>	39

Introdução

Este artigo investiga os diferentes aspectos que marcaram o contexto socioeconômico e cultural de origem de agricultores familiares migrantes e analisa a nova realidade socioprofissional dos migrantes na tarefa de ajustar-se à vida na cidade. O eixo central de análise recai, em primeiro lugar, na forma de ocupação do contexto de origem e nos impactos oriundos das transformações observadas na agricultura brasileira, especialmente quanto às mudanças no padrão tecnológico e na relação de mercado; em segundo lugar, dá-se ênfase às novas dimensões de tempo e espaço, às estratégias de reprodução familiar e à reconstituição das redes inter e intrafamiliar e profissional.

O universo social contemplado nas entrevistas é formado, principalmente, por agricultores familiares³ do tipo social colono e caboclo, ambos convivendo na condição de pequenos proprietários, parceiros, meeiros e agregados⁴, que, na segunda metade da década de setenta e durante toda a década de oitenta do século XX, migram do Médio Alto Uruguai ao Vale do Sinos, região metropolitana de Porto Alegre – RS. Tais tipos sociais apresentam semelhanças entre si, especialmente quanto à incipiente integração ao mercado, à dificuldade de incorporar avanços técnicos e às demais exigências estipuladas pela modernização da agricultura.

3 Para mais informações sobre agricultura familiar, conferir Abromovay (1992), Gehlen (1998), Schneider (1999), Seyferth (1987), entre outros.

4 Jaime Caetano Braum, em seu *Vocabulário Pampeano* (1998, p.16), retrata a figura do agregado como “um índio pobre, geralmente lavrador, que mora – como favor, num capo ou numa invernada. A china – os filhos – mais nada. Uma quase mendicância. A china lava pra estância, o índio ajuda em carneada”.

1 O mundo da roça: contexto de origem

1.1 Um olhar sobre o contexto de origem

A conjuntura econômica européia do final do século XIX favoreceu e estimulou a concretização das migrações transoceânicas⁵. A América constituiu-se num endereço privilegiado para onde se dirigiram muitos cidadãos e cidadãs em busca de trabalho e, quando possível, da realização do sonho tão fortemente acalentado na distante Europa: tornar-se proprietário de uma área de terra. Tomar posse de um lote de terra, no sertão do Alto Uruguai, significava para os migrantes, filhos ou netos de imigrantes europeus, a possibilidade de (re)afirmação da sua identidade camponesa.

A ocupação da Região do Médio Alto Uruguai – RS por migrantes colonos pode ser considerada uma reprise da experiência e do processo que seus pais e avós vivenciaram em relação às colônias “velhas”, respeitadas as diferenças de espaço, tempo e a própria conjuntura econômica e política em cada caso. Há semelhanças, principalmente ao tratar-se dos problemas e das dificuldades enfrentadas pelos migrantes. A epopéia dos colonizadores começava assim que eles abriam as picadas para chegar até o lote de terra escolhido. A escolha do lugar de moradia continha implícito um valor cultural muito prezado pelos migrantes: a certeza de que, na nova propriedade, haveria água⁶ em abundância.

No início, a escolha do lugar de moradia funcionava mais ou menos assim: “a gente chegava

em qualquer lugar. Marcava, aqui eu vou morar. Apartava um eito como aqui e lá na barra. Esse pedaço é meu. Ali fazia a roça. Plantava. Se não se agradasse de plantar ali, cambiava, fazia outra roça pra lá...” (Entrevista 20).

Quando o “pique” (trilha) no meio da floresta não dava passagem à carroça, parte da mudança ficava pelo caminho. Dali, até o lugar escolhido para a moradia, o transporte dos poucos pertences era feito em lombos de burros. As estradas foram “abertas a picareta” (no braço) pelos próprios colonos. Tempos em que “se estabelecer no sertão foi um sacrifício. A primeira casa foi feita de tábuas lascadas [...] As tábuas eram lascadas com cunhas e marretas de madeira” (Entrevista 25).

Torna-se importante compreender o significado do deslocamento dos migrantes das chamadas “terras velhas” em direção ao sertão do Médio Alto Uruguai, identificando as estratégias socioeconômicas, políticas e culturais implementadas pelos mesmos, no intuito de garantir a sobrevivência da família. A primeira tarefa dos migrantes era arrumar um abrigo para se resguardar das intempéries [do tempo] e dos animais silvestres que, em grande quantidade, habitavam aquela região. O primeiro roçado, de onde despontaria a primeira lavoura de milho e feijão, era uma tarefa dividida pelo casal. No depoimento a seguir, a informante revela, com uma ponta de orgulho, momentos que marcaram sua vida nos idos da década de 1920.

5 Sobre o lavrador europeu, Kautsky em 1898 observa: “ele não podia modificar à sua vontade o modo de produção já estabelecido, não podia aumentar a extensão de sua terra. Mas possuía, no caso de família muito numerosa, o recurso de diminuí-la, de afastar do domínio paterno o excedente de trabalhadores de que dispunha para pô-los ao serviço de estranhos, como empregados de granja, soldados ou proletários urbanos, ou de mandá-los para a América a fim de constituírem novo lar. A família camponesa se reduziu, assim, o mais possível”. (1980, p.33-4).

6 “E o pai se enfiou atrás do tio Emílio, lá naquele buracão, quando podia ter comprado em Vista Alegre ou outro lugar. Só por causa da água, porque em cima da coxilha não tinha água. Dá um corte em cima da cabeça para ver se não sai sangue?” (Risos) (Entrevista 5).

Era assim: a gente fazia um alqueire de roça eu e ele, só, por ano [...]. Primeiro se roçava, depois, com um machado cada um, fazia a barriga da madeira e depois com o serrote [...] Pergunta: Mas havia alguma madeira reforçada? [suspiro] Não quero nem lembrar! E tinha força, tinha coragem! Eu fiz de boi, fiz de mulher, fiz de homem, fiz de tudo. [...] O trabalho não mata ninguém... (Entrevista 23).

Vê-se, pelo depoimento acima, o papel desempenhado pela mulher que, além de tomar conta das tarefas domésticas – preparo da alimentação, da roupa lavada e da organização da casa –, ainda ajudava o marido nas tarefas mais pesadas e difíceis do processo produtivo.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a área de floresta do Médio Alto Uruguai, pouco a pouco, passou a ser incorporada ao mercado do Estado por meio do trabalho das famílias dos colonos que lá aportaram. No mesmo período, ali, nas barrancas do Rio Uruguai, fervilharam dezenas de núcleos coloniais. A inexistência de estradas dificultava o transporte da produção, principalmente para aqueles núcleos coloniais organizados em áreas bastante afastadas.

Nos primeiros anos do processo de colonização, a maior parte dos problemas de saúde era resolvida na própria residência do doente, com chás de ervas naturais (chás caseiros) e benzeduras, os quais desempenharam um papel fundamental no tratamento das doenças da época. Médico e hospital só em centros maiores: Palmeira das Missões, por exemplo, distante, em alguns casos, mais de 100 quilômetros. Casos, como o que será descrito a seguir, multiplicavam-se por todo o sertão. Da residência do doente até a do proprietário de um automóvel⁷, percorriam-se distâncias consideráveis. O transporte do doente era feito com a utilização de uma padiola, conforme descreve um informante. “A padiola era carregada em dois, numa vara. Preparava um tipo de colchão e atava as cabeceiras e colocava o doente ali, e atrás colocava no ombro e tocava estrada afora [...] até o lugar em que queria chegar”. (Entrevista 24).

A fome era um outro problema que rondava permanentemente a família dos migrantes. E ela não rondava apenas as famílias dos trabalhadores rurais mais relapsos, mas também a dos laboriosos trabalhadores que não mediam esforços para enfrentar as necessidades do dia-a-dia da unidade familiar. Entretanto, não raro, as necessidades se mostravam superiores à produção do estabelecimento. Mesmo assim, havia os que prosperavam rapidamente, porque, ou dedicavam mais tempo ao trabalho, ou utilizavam técnicas e manejo adequados ao relevo, ou, ainda, procuravam ser mais espertos na busca de melhores preços para os produtos. Estes últimos só entregavam a mercadoria ao comerciante que oferecesse melhor preço.

Uma avaliação precipitada ou pouco cuidadosa sobre a ocupação da região do Médio Alto Uruguai, na primeira metade de século XX, poderia concluir que a distribuição de lotes de terra aos colonos que abandonaram as “terras velhas” e seguiram em direção às barrancas do rio Uruguai, seria uma eficiente e bem pensada forma de realizar o processo de colonização. Entretanto, o modelo de exploração do solo implantado pelos agricultores familiares, mostrou-se inadequado e agressivo ao meio físico e ambiental⁸, de sorte que a atividade econômica ficou visivelmente prejudicada por causa das condições topográficas da região e do modelo de exploração adotado. A exaustão gradual do solo refletiu-se na redução da produtividade e, conseqüentemente, no empobrecimento da região.

Sobre essa realidade, Vieira e Rangel (1993, p. 78), assim se pronunciam:

a ordem civilizatória italiana, a exemplo da alemã, produziu os impactos iniciais sobre o geo-ambiente do planalto basáltico. O deslocamento da fronteira agropecuária ganhou continuidade, avançando incontrolavelmente sobre a floresta, a ponto de reduzir o patrimônio vegetal e faunístico riograndense a níveis extremamente perigosos em apenas um século. [Sobre a ação do Estado no controle do processo de ocupação e colonização, argumentam:] não foram tomadas, nesta fase inicial, medidas

7 Nas décadas de 1940 e 50, o jipe era o automóvel mais utilizado para transportar os doentes dos mais longínquos rincões da costa do rio Uruguai até sedes municipais com mais recursos e hospitais melhor aparelhados.

8 A prática das queimadas de forma indiscriminada é um exemplo do trato inadequado da terra.

que estabelecessem a relação positiva entre sociedade/meio ambiente, ou seja, a preservação através de cotas de derrubada e de áreas de controle ambiental, visando à recomposição das espécies abatidas, bem como a delimitação de territorialidades vegetais, fora do alcance do machado e da motosserra (1993, p. 78).

Até o início do século XX, circulavam nessa área, segundo o depoimento dos mais antigos, apenas aventureiros, fugitivos (criminosos, políticos e escravos) e índios kaingangues. Entre 1920 e 1950, colonos italianos, alemães, poloneses, luso-brasileiros, entre outros, ocuparam a região, integrando-a econômica, política e culturalmente ao restante do Estado.

A região do Médio Alto Uruguai, inserida no processo de colonização sob a lógica capitalista, foi submetida a um processo de ocupação que não levou em conta as questões socioambientais. Em consequência, a região empobreceu progressivamente, ocupando, hoje, a última posição no *ranking* das 22 regiões constituídas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, – COREDES.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste⁹ do Estado do Rio Grande do Sul (Brum, 1996), a estrutura fundiária da região do Médio Alto Uruguai evidencia a predominância da pequena propriedade, chegando a 97,6% os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 50 hectares. A título de ilustração, observe-se a seguinte tabela:

Tabela 1 – Estabelecimentos rurais, área total e média das propriedades de três municípios da região do Médio Alto Uruguai

<i>Município</i>	<i>Nº de estabelecimentos rurais</i>	<i>Área total em hectares</i>	<i>Média das propriedades em hectares</i>
Caiçara	1.043	17.586	16,80
Frederico Westphalen	2.706	37.302	13,07
Palmitinho	2.316	23.255	10,08

Fonte dos dados: IBGE, 1981.

A realidade atual da região de origem dos migrantes pode ser compreendida com base nos dados do Perfil do Setor Agropecuário da Região do COREDE¹⁰, do Médio Alto Uruguai – RS. A base econômica da região continua alicerçada na agricultura familiar. Pelo censo de 1995/96, a região possuía 26.072 estabelecimentos agropecuários, acumulando uma perda de 9.928 em relação ao censo de 1985. Os 26.072 estabelecimentos somam juntos 430.002 ha de área total. Dos estabelecimentos pesquisados, 46,7% tinham menos de 10 ha, totalizando 12.170; já 52,3% dos estabelecimentos agropecuários tinham entre 10 e menos de 100 ha, somando 13.627. Entre 100 e menos de 200 hectares, o número de estabelecimentos atinge apenas 0,57% dos estabelecimentos pesquisados, enquanto entre 200 e menos de 500 hectares, apenas 0,35%.

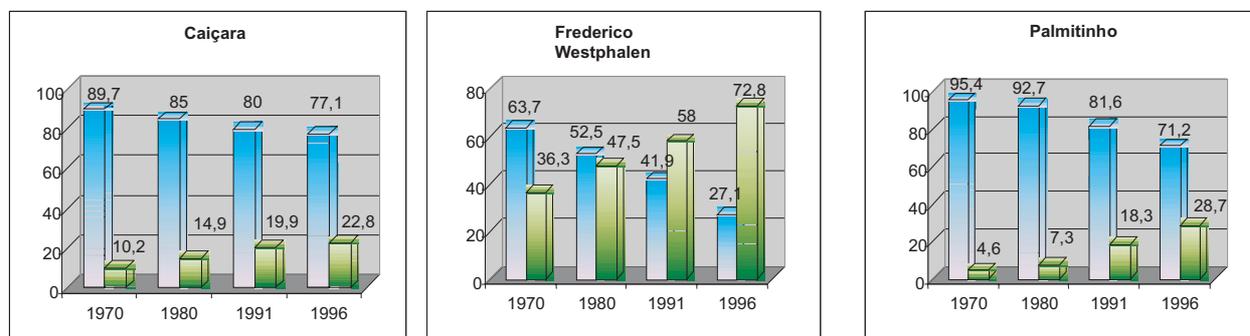
Além disso, 81% dos estabelecimentos agropecuários pesquisados tinham, no próprio explorador da área, o proprietário; 5,8% dos estabelecimentos agropecuários tinham, como explorador da área, o arrendatário; 7,7% dos estabelecimentos agropecuários tinham, como explorador da área, o parceiro; e, 5,1% dos estabelecimentos agropecuários tinham, nos próprios exploradores das áreas, produtores ocupantes. Cerca de 55,5% dos estabelecimentos pesquisados eram de municípios que apresentavam um maior número de propriedades, caracterizando mais firmemente o minifúndio, classificando-se, pela ordem: Alpestre, Erval Seco, Seberi, Planalto, Liberato Salzano, Palmitinho, Vicente Dutra, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Pinheirinho do Vale.

Outro indicador significativo da atual situação do contexto de origem dos migrantes é a distribuição da população, conforme evidencia o gráfico a seguir.

9 A Região Noroeste compreende os Conselhos Regionais de Desenvolvimento: Alto Jacuí, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial.

10 COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (corresponde a 22ª região do RS).

Gráfico 1 – População residente, urbana e rural, dos municípios de Caiçara, Frederico Westphalen e Palmitinho, 1970, 1980, 1991 e 1996



Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem da População de 1996.

Os dados do gráfico acima evidenciam uma expressiva maioria da população de Palmitinho e Caiçara ainda residente no meio rural, com percentuais acima de 70%. No caso de Frederico Westphalen, já se observa a predominância da população urbana. No total do Médio Alto Uruguai, 62,6% da população localizam-se no meio rural, enquanto 37,4%, na cidade.

Até a década de 1960, a base da economia da área em apreço esteve sempre voltada, prioritariamente, para a produção de gêneros de subsistência e autoconsumo. Os principais produtos cultivados eram o feijão, o arroz, o milho, o trigo, a batata e a mandioca. Havia casos em que se destacava a criação de porcos e galinhas, especialmente para o consumo doméstico. O gado, em menor escala, servia como instrumento de trabalho e para o consumo da carne. No final dos anos 1960 e durante toda a década de 1970, o cultivo da soja predominou de forma hegemônica. Muitas áreas, antes destinadas à produção de milho, trigo, mandioca, foram cedendo, gradativamente, espaço ao cultivo da soja. O mesmo ocorreu com áreas antes destinadas aos pomares, hortas e poteiros e o final da década de 1990 sinalizou para uma retomada da diversificação das atividades econômicas,

privilegiando-se os produtos hortifrutigranjeiros e a expansão da agroindústria.

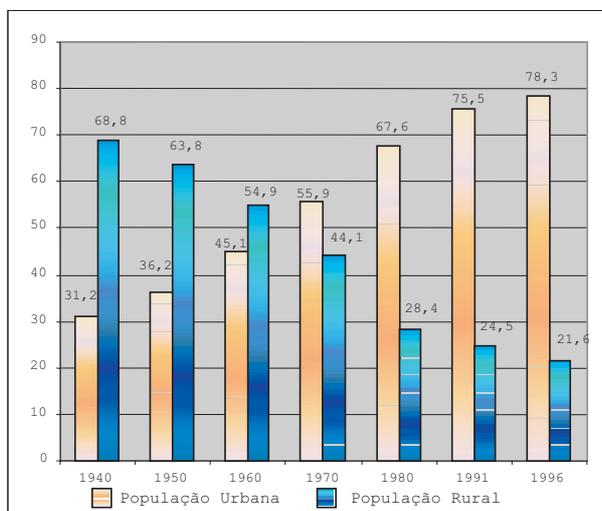
Ao ingressar na segunda metade do século XX, a região do Médio Alto Uruguai estava inteiramente colonizada. Algumas sedes administrativas pleiteavam a sua emancipação (caso de Frederico Westphalen – 1954/55) e dos seus distritos (Palmitinho, Caiçara e Vicente Dutra – 1965/66). As estradas já permitiam a passagem triunfante dos primeiros caminhões, ônibus e alguns carros de passeio.

Nesse mesmo período, a maioria da população brasileira ainda residia no meio rural. Aos poucos, porém, esta realidade vai sendo alterada devido à modernização da indústria e da agricultura e, em decorrência, ocorre o deslocamento de grande contingente de trabalhadores da roça para a cidade. Entre 1985 e 1996, nada menos que cinco milhões de postos de trabalho foram eliminados em atividades agropecuárias em todo o País. O número de propriedades rurais também caiu no mesmo período, de 5,8 para 4,8 milhões, segundo dados publicados pelo jornal *Gazeta Mercantil*¹¹.

Os gráficos a seguir evidenciam a gradativa inversão do local de residência da população rural em relação à população urbana no Brasil e no Rio Grande do Sul.

11 IBGE, *Gazeta Mercantil*, 18 de junho de 1998, p. A-2.

Gráfico 2 – População residente urbana e rural no Brasil, 1940-1996



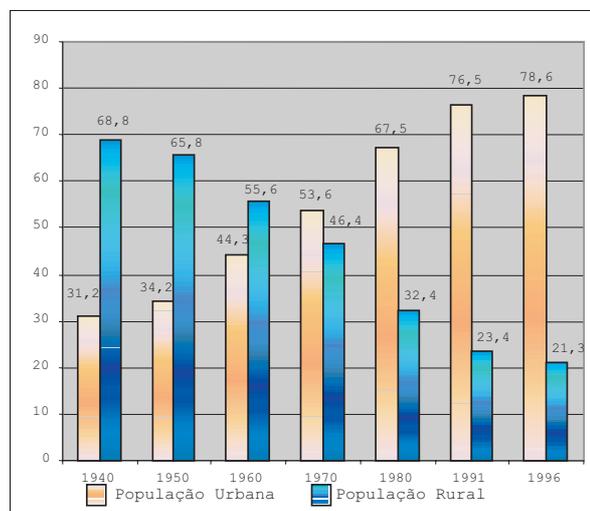
Fonte dos dados: Censos demográficos e contagem da população de 1996, do IBGE.

A população urbana no Rio Grande do Sul atingiu um crescimento de 4,08% na década de 1970 e 3,98%, na década de 1980. No mesmo período, a população rural cresceu, 0,41%, e 2,08%, respectivamente. Assim, enquanto o País registrava taxas de crescimento econômico bastante elevadas, o excedente de mão-de-obra do campo pôde, em grande parte, ser absorvido pelos setores secundário e terciário (indústria calçadista, construção civil, empregos públicos, serviços domésticos, entre outros).

As décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se por apresentar uma realidade rural bastante delicada. Fernandes, já no início da década de 1970, constatou uma situação nada promissora. Segundo o autor, as massas despossuídas rurais “se vêem irremediavelmente compelidas ao pauperismo e condenadas à marginalização. É nesse nível que se desvendam as iniquidades e a impotência da economia agrária brasileira: uma moeda que destrói inexoravelmente os agentes humanos de sua força de trabalho”. (1972, p.133).

A ausência de perspectivas no contexto de origem facilitou a tomada de decisão para migrar, atitude consolidada a partir da incursão no meio rural da mensagem que retratava, de forma posi-

Gráfico 3 – População residente urbana e rural no Rio Grande do Sul, 1940-1996



Fonte dos dados: Censos demográficos e contagem da população de 1996, do IBGE.

tiva, as coisas boas da cidade. O alvo privilegiado, embora não fosse o único, era a possibilidade de emprego em fábrica. Percebia-se, com alguma nitidez, a intensificação da crise fundiária – escassez de terras, exaustão do solo, redução de recursos para investimentos – comprometendo sonhos e projetos dos pais em relação às gerações que os sucederiam.

Embora as condições de trabalho do agricultor familiar não lhe permitissem acumular grande patrimônio, na verdade, é importante ressaltar que o objetivo principal, tanto do imigrante europeu que ocupara as colônias “velhas”, quanto dos migrantes filhos e netos daqueles que se dirigiram à região do Médio Alto Uruguai (colônias novas), era ter a posse de uma área de terra, criar os filhos, garantindo-lhes o sustento e participar de um grupo social coeso e solidário, dando-lhes outras perspectivas, além das ligadas à mera subsistência. A conquista e a posse da terra fortaleceriam os laços com o passado, não só do ponto de vista econômico, mas também histórico e cultural. Representariam a possibilidade de continuidade, de reprodução e coesão da família, de fortalecimento dos laços familiares com o presente, sem romper os vínculos com o passado. Nesse

sentido, tornava-se importante a participação da unidade social¹² na vida comunitária (festas, bailes, atividades lúdico-religiosas). Na opinião de Abromovay, (1992, p. 101-2), “mais do que um tipo econômico, o camponês representa antes de tudo, um modo de vida [...] Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só os meios de vida, mas, sobretudo, um modo de vida”.

A unidade econômica familiar, ao longo de toda sua trajetória ocupacional, especializou-se em criar, de forma permanente, oportunidades de sobrevivência, isto é, formas de reprodução da vida. Especializou-se na arte de lidar com as adversidades. A sobrevivência da família sempre foi garantida graças à ininterrupta reconstrução da rede de relações socioculturais e econômicas, sendo o trabalho um dos eixos fundamentais desta engenharia social.

A floresta do Médio Alto Uruguai, colocada à disposição dos colonos¹³ para a colonização, era um espaço que não servia aos interesses da lavoura agropastoril. Já os colonos migrantes, herdeiros de uma tradição minifundiária, que estavam à procura de uma área de terra para trabalhar, aceitaram o desafio. O governo, em consonância com os interesses dos proprietários dos campos já assenhoreados, colocava à disposição dos colonos terras ainda por desbravar e onde a infra-estrutura (estradas, casas, primeiros roçados...) era tarefa que cabia também aos colonos.

A ocupação do Médio Alto Uruguai representa o esgotamento do último reduto ainda “desocupado” do Estado do Rio Grande do Sul. Este esgotamento coincide com o desbravamento de porções territoriais dos Estados de Santa Catari-

na e Paraná, porções essas ocupadas, preferencialmente, por gaúchos que optaram pela continuidade no meio rural.

1.2 Mudanças no padrão tecnológico e na relação de mercado

Até o final dos anos 1940, os principais instrumentos de trabalho utilizados pelos agricultores foram a enxada, a foice, o machado, o serrote, o arado, a carroça, o boi e o cavalo. No decorrer da década de 1950, entraram, na região, as primeiras trilhadeiras, representando uma mudança significativa nas condições de trabalho, muito embora poucos agricultores tivessem acesso a tal maquinário. Segundo uma informante, quem não dispusesse de sua trilhadeira particular deveria “esperar a boa vontade de alguém que viesse trilhar o produto” (Entrevista 4). Era comum encontrar famílias preocupadas com a colheita dos produtos, uma vez que havia o fator natureza, interferindo no resultado final. Um período de chuvas ininterruptas impedia a conclusão da colheita, restando à família apenas lamentar a perda de vários meses de trabalho. A sobrevivência econômica da família estava comprometida. Sempre que o trabalho com a trilhadeira era executado, o solicitante pagava ao prestador do serviço (dono da máquina) um valor que podia ser em dinheiro, em produto ou em dias de serviço. Havia, também, os maus pagadores, aqueles que eram servidos pelos donos do maquinário e depois “esqueciam-se” de pagar-lhes.

Um número bem reduzido de propriedades fazia uso de trator e de colheitadeira. Aliás, ambos eram pouco usados, visto que a maioria das

12 Antonio Candido (1964) no seu estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida, descreve sobre as ocupações que tomavam o tempo dos agricultores [caipiras] em sua tarefa diária de se reproduzir como trabalhador e como cidadão-membro de uma comunidade.

13 Cf. Seyferth, colonos eram todos os “habitantes da zona rural dedicados ao trabalho agrícola, mesmo que esta não seja sua única ocupação[...] serve para identificar descendentes de imigrantes cujas famílias tradicionalmente se dedicam à agricultura”. A mesma autora sustenta que “para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terra em áreas destinadas à colonização. Tratava-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem européia, sendo dela excluídos todos aqueles chamados de caboclos ou brasileiros” (1992, p.80).

propriedades não apresentava condições topográficas para a utilização de tal maquinário. Em algumas propriedades, o trator era utilizado apenas em alguns hectares. A enxada e o arado, puxado a boi, foram os instrumentos mais utilizados pelos agricultores em virtude das práticas adotadas¹⁴.

Muitas vezes, a quantidade de produto a ser colhida pelos agricultores era tão irrisória que não compensava o deslocamento do maquinário para a respectiva colheita. Nesses casos, o serviço era feito manualmente. O produto era descascado a manguá¹⁵ (porrete): duas varas de madeira, unidas por uma brocha (ajojo) nas extremidades. Outras vezes, utilizavam o cavalo (modelo circular).

Mitrany, numa análise das precárias condições de vida e de trabalho dos camponeses da primeira metade do século XX, já devidamente denunciadas em sua origem por Marx, ainda no século XIX, revela que, apesar de o camponês ocupar uma posição econômica singular, os preços baixos pelos produtos produzidos é o resultado da pobreza do produtor e, por conseguinte, da produtividade de seu trabalho. O autor indica como limite extremo da pequena produção camponesa “apenas o salário pago pelo trabalho, que o camponês paga continuamente a si mesmo” (1957, p.18).

Um aspecto que merece registro, não só pelo seu papel econômico, mas também pelo seu valor simbólico e cultural, é a prática dos mutirões (pucherrão) e a troca de dias de serviço. Geralmente, o mutirão ocorria na derrubada de um pedaço de mato, ou na lavração (preparação da terra para o plantio), ou ainda na colheita de algum produto. À família do agricultor beneficia-

do cabia providenciar o almoço, geralmente um porco assado. Muitas vezes, o coroamento do pucherrão era feito com um baile na residência do próprio beneficiado, animado com gaita e violão. A troca de dias de serviço também era uma forma de solidariedade muito utilizada, principalmente entre vizinhos, na época da colheita, da capina e da lavração. Às vezes, em casos de doenças, os vizinhos prestavam serviços à família do doente gratuitamente. Essas formas de solidariedade ainda são bastante utilizadas, porém em menor escala.

O individualismo¹⁶ está entre os valores culturais urbanos que penetraram na agricultura familiar, ganhando cada vez mais espaço, em detrimento de valores e práticas tradicionais. A dificuldade para fazer frente às exigências do processo de modernização, que tem, na sua concepção original, a obtenção de mais produção em menos área e em menos tempo, utilizando insumos e sementes controlados por empresas multinacionais, fez com que muitos agricultores familiares deixassem a roça em busca de outra atividade profissional.

O papel do comerciante foi fundamental nas relações econômicas, políticas e socioculturais no contexto de origem. Este não só comprava o produto excedente como também vendia ao agricultor ferramentas e utensílios de trabalho, tecidos (roupas de uso pessoal), mantimentos (sal, açúcar, farinha), além de outros objetos indispensáveis ao cotidiano da unidade de produção familiar.

A relação dos agricultores familiares com os comerciantes, geralmente, era boa. A troca dos

14 A policultura era uma prática muito usada, entretanto, para Seyferth (1992, p.82), esta não significa “uma recusa à modernização, mas apenas a preservação da policultura como essencial à sobrevivência face à instabilidade da política agrícola, além do seu valor simbólico como marca da identidade: o verdadeiro colono planta de tudo um pouco, toda a família trabalhando”.

15 “É manguá. Desde que eu me criei de criança é manguá. Então colocava uma brocha na ponta e oh! porrete no feijão até debulhar. Ah! nós debulhava feijão também com cavalo. Nós íamos em cima, montava no cavalinho e oh! quando um cansava, o outro subia no cavalo...” (Entrevista 19).

16 A expressão individualismo é utilizada segundo definição de Raymond Boudon e François Bourricaud. “Designa em sociologia não a doutrina moral que traz o mesmo nome, mas uma propriedade que alguns sociólogos reconhecem como características de certas sociedades e particularmente das sociedades industriais modernas: nessas sociedades, o indivíduo é considerado uma unidade de referência fundamental, tanto para si mesmo como para a sociedade [...] Trata-se de um estado de direito cuja correspondência com estados de fato pode ser apenas ideal...” (1993, p.285).

excedentes por produtos necessários para a subsistência da unidade familiar tornou-se uma prática comum. Há, inclusive, casos reveladores quanto ao tipo de relação que se estabelecia entre ambos: “Nós fazíamos troca, sim! Comprávamos roupas, rancho, e quando chegava a colheita já estávamos devendo quase tudo, lá pra eles. Não tinha o que reclamar. Às vezes, a gente se apertava e comprava o ano todo a fiado pra descontar na colheita, e eles [os comerciantes] aceitavam... (Entrevista 12).

“O produto que eu tinha era pra eles. Se eu precisasse de um dinheiro adiantado eles tinham” (Entrevista 13).

Na “venda” da vila, o agricultor encontrava desde o insubstituível sal de cozinha, até a “cachaça” e as balas para as crianças. A casa de comércio da vila era o ponto de encontro dos homens, às vezes para um carteadado (jogo de cartas), quando a “pinga” passava de mão em mão. Enquanto isso, a conversa corria solta: comentários sobre o jogo de futebol disputado pelo time da comunidade, o comportamento do tempo em relação à perspectiva de uma boa safra, os preparativos para a festa do padroeiro, etc. A localização da casa de comércio facilitava. Geralmente, ela ficava perto da igreja, lugar preferido e ponto de encontro obrigatório nos finais de semana. Ou também ao longo da estrada principal, por onde o agricultor passaria a pé, a cavalo, ou, mais tarde, já de ônibus, para chegar à sede distrital ou municipal.

Como bem define Candido, o comerciante

lhes dá crédito e funciona como comprador dos seus produtos, revendendo-os em seguida aos compradores vindos dos centros distribuidores de produtos agrícolas e pecuários [...]. Situando-se entre os pequenos agricultores e o mercado impessoal, o comerciante das vilas e cidadezinhas age como intermediário e regulador, ao seu modo, contribuindo, não raro, para acentuar as condições de instabilidade e insegurança (1964, p.131-2).

Na maioria das vezes, o comerciante era, também, migrante ou filho de migrante que se estabelecia em um ponto estratégico da vila, fazendo convergir aos seus interesses toda uma vasta rede de interesses políticos, econômicos, afetivos, pessoais e familiares. O comerciante servia de elo

entre os próprios agricultores. Em geral, o comerciante figurava na lista dos candidatos a assumir o papel de compadre, sempre que houvesse batizados na comunidade. Para os pais do afilhado, ter o comerciante da localidade como padrinho do filho, era uma honra, além de significar bons presentes no aniversário e nas festas de fim de ano. O comerciante, por sua vez, sabia que aquele seu gesto solidário e afetivo em aceitar, com alegria e desprendimento, o compromisso de assumir um afilhado, aumentava seu poder de ação e seu controle sobre o conjunto da produção do estabelecimento do compadre e, da mesma forma, tornava a família do afilhado uma unidade familiar dependente dos seus serviços.

Mas as funções do comerciante não paravam por aí. Servia ele de interlocutor entre o agricultor e os acontecimentos da sede distrital ou municipal. A partir da introdução do telefone – instalado na casa do próprio comerciante –, os elos entre o comerciante e os moradores da vila foram aos poucos, sendo fortalecidos. Pelo comerciante, por meio das múltiplas funções que exercia, o imaginário do rural ia cedendo espaços e ganhando, cada vez mais, ares de urbanidade. Enfim, as coisas da cidade, pouco a pouco, invadem o mundo rural, transformando as relações interpessoais, familiares e de vizinhança. A racionalidade econômica vai tomando o lugar da tradição, alterando a lógica que orienta a vida da unidade familiar, interferindo nas condições de reprodução social.

Paralela à história local, circunscrita a um número restrito de pessoas, envolvendo relações intra e interfamiliares e tendo no comerciante um mediador entre o centro administrativo e a própria unidade familiar, a história global seguiu seu curso, pautada, em grande medida, pelo constante alargamento da distância entre a parcela da população que concentrava cada vez mais renda e poder, e aquela outra parcela cada vez mais excluída da lógica do processo produtivo capitalista. O resultado de tal distanciamento se refletirá na intensificação do processo migratório de pequenos agricultores familiares (pequenos proprietários, parceiros, agregados, meeiros) com destino aos

centros urbanos, onde a indústria acena com uma demanda de mão-de-obra semiqualificada em larga escala.

O processo migratório, verificado durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, estimulou o processo de urbanização, tendo como contrapartida a ampliação do mercado interno para a indústria, o que, segundo Silva (1982, p.42),

a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarianização dos camponeses: através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis bóias-frias. [...] na atualidade, a unidade econômica camponesa está ligada ao mercado capitalista de mercadorias; em muitos países sofre a influência do capital financeiro, que tem feito empréstimos e coexiste com a indústria organizada ao modo capitalista e, em algum lugar, também com a agricultura capitalista.

Muitos agricultores familiares não aderiram, de imediato, à idéia do emprego na fábrica, optando pelo deslocamento para áreas de terra nos estados das regiões do Centro-Oeste e Norte do Brasil. Para os interesses dos grandes proprietários de terras, do empresariado industrial e do próprio Estado, como órgão executor do programa de colonização, tal iniciativa servia para esvaziar focos localizados de tensões e conflitos. O espaço conquistado pelos colonos e o seu desejo de desenvolver ali atividades por conta própria, na condição de agricultores familiares, combinava com os interesses do próprio capitalismo em expansão, tendo o Estado a função de evitar a ruptura da “ordem legalmente constituída”.

Em curtíssimo espaço de tempo, a fronteira agrícola, em vista do alto grau de concentração fundiária, deu sinais de esgotamento e transformou-se em palco de violentos conflitos sociais pela posse da terra. Aos poucos, as alternativas para os migrantes foram se estreitando, refletindo-se na contínua e crescente migração em direção aos núcleos urbanos de médio e grande porte. Estavam criadas as condições ideais para a adesão à propaganda positiva da vida na cidade.

1.3 A família: unidade econômica de produção e de consumo

A família, tanto na condição de uma unidade econômica de produção, quanto na condição de uma unidade econômica de consumo, define-se como um dos eixos fundamentais na trajetória socioprofissional dos migrantes rurais. A instituição familiar sempre funcionou como um centro de convergência e irradiação de todo um conjunto de práticas sociais e ações estratégicas, que garantiam a coesão do grupo familiar, por meio do trabalho e das relações sociais, controlando um espaço muito importante do ponto de vista da estrutura socioeconômica, política, cultural e religiosa, no interior da comunidade.

Entretanto, o espaço de afirmação e de esperança que simbolizava a posse de uma colônia¹⁷, repetindo o feito de seus pais – (i)migrantes das colônias velhas –, pouco a pouco, foi se desfazendo. Um conjunto de fatores alheios à sua vontade e superiores à capacidade de resistência de cada um deles, foi interferindo no seu dia-a-dia, tanto no aspecto das relações inter e intrafamiliares quanto no da atividade profissional.

1.3.1 Relações inter e intrafamiliares e estratégias de reprodução

Os agricultores familiares com potencial e características típicas para optar pela migração, geralmente são detentores de pouca ou nenhuma terra própria; um grande número de filhos; residem e trabalham em áreas de difícil manejo; apresentam baixo grau de instrução; em síntese, as perspectivas são bem restritas no sentido de garantir seu ingresso numa agricultura interligada com o mercado. Usando a linguagem de Dahrendorf (1992), trata-se de atores sociais sem o “bilhete de ingresso”. Na roça, conta a informante, “a situação era horrível. Secas, chuvaradas e sem maquinário próprio. Inicialmente, trabalhamos na terra do pai como agregados. Depois fomos morar em Jaboriti, na divisa com o Rio Uruguai até comprar uma terrinha” (Entrevista 4).

17 Colônia: medida de terra correspondente a 24,8 ha, termo que denominou o espaço (“a colônia”) e os atores (“colonos”).

Em relação à terra, componente indispensável para a permanência no local de moradia e reprodução social e econômica, houve duas formas principais, difundidas na região do Médio Alto Uruguai: a primeira, a da terra, utilizada pelo sistema de parceria¹⁸, na forma de meeiro ou agregado(ocupante)¹⁹, a outra, a da terra, utilizada na condição de proprietário. Para Gehlen (1998, p.124), a concepção de terra tem a “dimensão política, definida culturalmente e ao mesmo tempo definidora de relações sociais, tem, tal qual a categoria trabalho, especificidades segundo as ideologias e os interesses de classes”. Das diferentes concepções de terra, utilizadas no Brasil, prioriza-se, neste estudo, a noção familiar, por considerá-la um lugar de trabalho e patrimônio de reprodução familiar (Gehlen,1998).

O sistema de agregado foi uma relação praticada na região do Médio Alto Uruguai, permanecendo até os dias atuais. A outra forma de relação com a terra é a da condição de proprietário. É interessante perceber que, em condições normais, isto é, na condição de proprietário ou na condição apenas de posse e uso da terra, poucas vezes o agricultor conseguiu manter o equilíbrio entre o resultado do trabalho dos membros da unidade familiar e as suas necessidades básicas (Candido, 1964). Tal equilíbrio ficava mais difícil para o agricultor familiar (agregado, meeiro ou parceiro), que, após a colheita, deveria destinar, por contrato registrado ou por amizade e respeito ao acordo feito, quantidades que variavam entre 30%, 40% ou até 50% da colheita ao proprietário da terra²⁰. Nesses termos, tudo favorecia para que, num primeiro sinal de outra atividade à vista, houvesse o

abandono do local de trabalho. As dificuldades não eram somente essas. Em alguns casos, revela uma das informantes, “tinha que trabalhar de peão durante o dia, para ter o que comer à noite!” (Entrevista 12).

A unidade econômica familiar, descrita e analisada nos seus pormenores por Chayanov (1974), revela semelhanças com a realidade dos agricultores familiares do Médio Alto Uruguai. O trabalho da família era a única possibilidade de receita, na ausência de pagamento em salário. Em outras palavras, a receita seria extraída na proporção da intensidade do trabalho e do grau de auto-exploração da própria força de trabalho da família, como unidade familiar que busca satisfazer as suas necessidades mais elementares.

Tem-se, em Chayanov, uma referência fundamental para compreender-se, em grande parte, o funcionamento e a organização da unidade econômica familiar. Este mesmo autor é retomado por Abromovay (1992), em seu estudo sobre a organização da atividade econômica da família camponesa, sustentando a idéia de que a unidade básica, com a qual Chayanov trabalha, não são os indivíduos nem as motivações psicológicas, mas os comportamentos individuais em função da unidade social em que se inserem: a família.

Mesmo que a prática comum dos agricultores familiares tenha sido a utilização da terra na forma individual, apenas usando a força de trabalho da própria unidade familiar, houve casos em que famílias vizinhas, ou relativamente próximas, estabeleciam um sistema de parceria entre si, em relação ao uso da terra e do maquinário: uma espécie de cooperativa entre famílias vizinhas. Tal ini-

18 Para Deere, Janvry, uma das formas principais de arrendamento funcionava assim: “o proprietário fornecia a terra, as sementes e, às vezes, os bois para aração, e a família camponesa fornecia o trabalho. A colheita era geralmente dividida em partes iguais” (1993, p.45).

19 Cf. Rubert, agregado “é o trabalhador rural que não possui terra, residindo e plantando em terra alheia e dando, como recompensa ao proprietário, uma parte da colheita” (2000, p.20).

20 Martins, ao analisar a questão da modernização e problemas agrários do Estado de São Paulo considera os tipos humanos, indicando, por exemplo, “o parceiro (de quinto, de quarta, de terça, de meia) como um sócio do proprietário da terra, que pode eventualmente contratar serviços de terceiros, cujos ganhos, porém, referem-se praticamente a um único fator de produção: o trabalho. O mesmo ocorre com o arrendatário, com a diferença de que nele acumulam-se todos os riscos do empobrecimento, já que a renda paga é freqüentemente fixa. Nem mesmo o pequeno proprietário pode configurar-se como comprador de força de trabalho, já que quase sempre explora apenas o trabalho familiar” (1975, p. 16-7).

ciativa podia, eventualmente, apresentar resultados positivos, dependendo, sobretudo, do grau de confiança e amizade que unia as famílias. Não raras vezes, porém, o uso comum de maquinário, terra e força de trabalho tornava-se motivo de desacertos, desconfianças e inimizades, com resultados imprevisíveis.

A própria unidade familiar podia exercer o papel de cooperativa, desde que o grau de motivação para o trabalho, os objetivos e fins fossem aceitos por todos. A cooperativa familiar, entretanto, nunca atingiu melhores resultados, visto que os agricultores familiares, invariavelmente, sempre estiveram subordinados ao tripé: governo, comerciante e natureza. À família cabia manter o “equilíbrio” entre a capacidade de produção do estabelecimento e as necessidades de consumo, já apontadas por Chayanov (1974) e por Candido (1964).

Para Chayanov (1974), o importante era compreender o funcionamento dos mecanismos do processo organizativo da unidade econômica camponesa, e não seu desenvolvimento histórico. Isso o levou a descobrir que, na prática econômica da unidade produtiva familiar, ocorria um balanço entre o resultado do seu trabalho e o que a mesma consumia, o que determinava, em grande medida, o volume da atividade econômica familiar. Nesse sentido, Candido percebe a mesma relação, quando afirma: “a vida do pequeno agricultor depende do equilíbrio que ele puder manter, de um lado, entre o volume da produção e os gastos em dinheiro; de outro, o consumo familiar e as vendas” (1964, p.110).

Um aspecto, observado por Chayanov, diz respeito à inter-relação entre três itens básicos – terra, capital e força de trabalho, e a respectiva influência que os três exercem sobre a organização da unidade econômica camponesa, levando em conta, também, o mecanismo para lograr equilíbrio entre esses fatores. O que se tem observado, na trajetória ocupacional e no modo de vida dos agricultores familiares, contemplados neste estudo, é que os recursos econômicos nunca atenderam, efetivamente, às necessidades da unidade econômica familiar. De outra parte, com o pro-

cesso de modernização da agricultura brasileira, um quarto fator veio somar-se aos três primeiros: o conhecimento. Este sempre foi um fator limitante e decisivo na concretização de ações bem-sucedidas e nas aspirações dos agricultores familiares. O fator conhecimento emerge como um dos efeitos do processo de modernização e industrialização pós-Segunda Guerra.

As dificuldades que, normalmente, afetam os agricultores familiares explicam-se pelo fato de que os preços atribuídos aos produtos que eles vendem não são estabelecidos com base no valor dos custos de produção; ao contrário, são os custos de produção, pensados e contabilizados em relação aos preços dos produtos. Deduz-se que o agricultor é duplamente desfavorecido: ao vender o produto, resultado da soma de trabalho da unidade familiar, e ao adquirir os produtos necessários para a sua sobrevivência. Por que é desfavorecido? Simplesmente, porque não é ele que estabelece o preço sobre o seu produto que coloca à venda e, da mesma forma, não é ele que define o preço sobre os produtos que necessita comprar do comerciante. Ele não detém o controle em nenhuma das pontas do processo.

Reafirma-se que o estímulo básico da família como unidade econômica de produção é satisfazer as demandas de seus consumidores. Normalmente, a prática dos agricultores familiares tem sido a de fazer uso da terra conforme o seu tamanho, destinando espaços para a horta, pomar, pocilgas, estábulos e demais instalações próximos à residência, facilitando-lhe um melhor controle e acesso. Nesse aspecto, observa-se uma diferença bastante acentuada entre o agricultor familiar, que usufrui de uma área de terra para seu uso e posse, e o que apenas usufrui o direito ao uso por determinado período de tempo. Ao primeiro, é garantida a possibilidade de projetar algum retorno a médio e longo prazo, em função de ter a posse da propriedade; enquanto ao segundo – agregado, meeiro, parceiro –, sem tempo certo para cultivar a terra ou permanecer nela, utilizando-a em seu proveito, pouco lhe convém investir em árvores frutíferas e outras benfeitorias.

O tamanho médio das propriedades da região em estudo é bastante reduzido, o que, aliado ao difícil manejo em vista do relevo acidentado, fez com que muitas famílias buscassem, em propriedades vizinhas, o trabalho em parceria ou o arrendamento. O tamanho das propriedades, pequenas demais para uma família de muitos filhos, estimulou o abandono do local de origem. As atividades da lavoura ficavam a cargo do chefe de família, tido como o responsável pelas atividades mais pesadas. Já o serviço de limpeza e organização das instalações destinadas aos animais e o de seu trato era garantido, sobretudo, pelo trabalho de tempo parcial das mulheres, crianças ou pessoas mais idosas. Na verdade, essa divisão social do trabalho nem sempre funcionou assim. Em muitos casos, a mulher acompanhava o marido em todas as atividades, além de dar conta dos trabalhos domésticos. As crianças, desde muito cedo, também participavam do trabalho na lavoura. Não raras vezes, verificava-se a evasão escolar, em virtude de envolverem-se integralmente nos serviços da roça.

A relação entre a intensidade de trabalho investido pelos membros de uma unidade familiar e a produtividade assegurada pelo respectivo trabalho estava sujeita à influência de condições econômicas, técnicas e climáticas. Solos pobres e íngremes, aliados a uma situação de mercado desfavorável para os produtos cultivados, aumentavam a possibilidade dos resultados não atenderem à expectativa e ao esforço praticado.

No decorrer de 12 meses de trabalho, verificavam-se mudanças significativas na quantidade e intensidade do trabalho dispensado no conjunto da unidade econômica familiar. Sobre esse aspecto, Chayanov (1974, p. 81, 82, 84) alerta:

o trabalhador campesino estimulado ao trabalho pelas necessidades de sua família desenvolve maior energia ao aumentar a pressão destas necessidades. A medida da auto-exploração depende, em maior grau, do peso que exercem sobre o trabalhador as necessidades de consumo de sua família. O volume da atividade da família depende totalmente do número de consumidores e de nenhuma maneira do número de trabalhadores [...] a energia desenvolvida por trabalhadores em uma unidade doméstica de exploração agrária é estimulada pe-

las necessidades de consumo da família e, ao aumentar estas, sobe forçosamente a taxa de auto-exploração do trabalho campesino. Por outro lado, o consumo de energia é inibido pelas fadigas próprias do trabalhador mesmo [...] Quanto mais duro é o trabalho, comparado com a remuneração, mais baixo é o nível de bem-estar na qual a família campesina cessa de trabalhar...

Conclui-se, pelo exposto, que qualquer unidade econômica familiar ligada à exploração de uma dada extensão de área produtiva tem seus limites diretamente relacionados entre a intensidade de trabalho da família e as suas necessidades de consumo.

Tendo em vista o que foi ressaltado, é possível apreenderem-se, pelo menos, duas lições, valendo-se dos ensinamentos de Chayanov: a) quando o tamanho da unidade agrária capitalista é, teoricamente, ilimitada, a extensão da unidade doméstica de exploração familiar está naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e sua força de trabalho; b) quando a exploração da propriedade ou do espaço tido em parceria ou em arrendamento resulta insuficiente para satisfazer as necessidades da família, desequilibrando o balanço entre produção e consumo em favor do segundo, geralmente há a liberação de parte da força de trabalho disponível para outras atividades não-agrícolas. Em muitos casos, foi o que aconteceu com os agricultores familiares do Médio Alto Uruguai, no período compreendido entre 1975 e 1990, quando a força de trabalho excedente foi direcionada para fora da região, resultando na transferência para outras atividades.

É importante observar que o êxodo rural foi a “alternativa” encontrada por um número significativo de agricultores familiares que já não retiravam da terra o necessário para fazer frente às exigências de consumo. Na verdade, esta é uma rotina que se repete há mais de um século. Marx, em pleno século XIX, já denunciava a expulsão do povo do campo, em favor dos donos das indústrias concentradas nos centros urbanos, que contavam com um exército industrial de reserva, sempre pronto a assumir o lugar do trabalhador que, por um motivo ou outro, fosse demitido.

A região do Médio Alto Uruguai, em vista do processo de ocupação e colonização a que foi submetida e das práticas agrícolas adotadas ao longo do século XX, não tem respondido positivamente às expectativas de todos os seus habitantes. O trabalho assalariado nas fábricas de calçados do Vale do Sinos emergiu como a alternativa mais conveniente, na medida em que abria a possibilidade de receber-se um salário preestabelecido após trinta dias de trabalho, somando-se a isso o amparo de leis sociais, férias, décimo terceiro salário. Enfim, garantias que o trabalhador rural em nenhum momento pôde gozar enquanto inserido no contexto de origem. No meio rural, havia a subordinação às constantes oscilações climáticas, à precariedade de informações sobre os preços dos produtos, à desconfiança em relação aos métodos empresariais adotados pelo comerciante²¹. Portanto, as chances de melhorar de vida, quando analisadas sob esses indicadores, restringiam-se não só a quantidade de trabalho despendido, mas também a fatores externos e alheios à vontade e aos interesses do agricultor familiar.

1.3.2 Os efeitos da modernização da agricultura e a desruralização

Para compreender o fenômeno do êxodo rural, acelerado a partir dos anos 1960, faz-se necessário analisar as implicações, os desdobramentos e os resultados da introdução do receituário modernizante no período pós-guerra. É preciso fazer algumas considerações sobre a realidade do meio rural dos anos 1960 e 1970. Torna-se importante distinguir os conceitos que se têm do trabalho na roça e do trabalho na cidade, indispensáveis para a compreensão de como e em que circunstâncias se dá o processo de alteração de um tipo de atividade profissional para outro completamente diferente. Essas imagens, na visão de Durán, nada mais são que

realidades socialmente construídas ou reconstruídas dentro de contextos históricos ou territoriais determinados [...] uma construção social contextualizada em umas coordenadas temporais ou espaciais específicas [...] a ruralidade é de natureza reflexiva: é o resultado de ações (ou está condicionado a elas) de sujeitos humanos que têm a capacidade de interiorizar, debater ou refletir acerca de circunstâncias e requerimentos socio-culturais que em cada situação espaço-temporal se as apresentam (1998, p.77).

Assim, as atividades ocupacionais que implicavam assalariamento passaram a ser concebidas etnocentricamente como paradigma do desenvolvimento e da civilização, frente às atividades tipicamente rurais, consideradas como paradigma do atraso e do subdesenvolvimento. Através dessa concepção, passava-se a idéia da legitimação de uma forma de entender o desenvolvimento, valendo-se das condições socioeconômicas, políticas e culturais vivenciadas na cidade, implicando, inevitavelmente, a desruralização e a assimilação de valores citadinos.

Os valores da cultura urbana, expressos nas mais diferentes formas de vida, vão, aos poucos, penetrando na vida interiorana. Atribui-se à cultura da ruralidade características, como, por exemplo, a ausência de espírito inovador, visão limitada do mundo, falta de empatia, escassa margem de satisfação e criatividade, entre outras. Enquanto isso, à cultura ligada ao modo de vida urbano são atribuídas peculiaridades, como, por exemplo, o anonimato em relação ao comportamento social; maior e mais complexa divisão social do trabalho; heterogeneidades de pautas culturais, valores e comportamentos diferenciados; relações sociais mais impessoais e formais; maior participação da mulher na vida ativa, etc. Entretanto, como observa Durán (1998), tanto as peculiaridades atribuídas ao modo de vida rural, quanto as atribuídas ao modo de vida urbano, evidenciam uma visão aistórica e descontextualizada da ruralidade e do urbano. Na prática, o que

21 Na compra da produção, os comerciantes usufruem do poder de controle da balança, quando da pesagem dos produtos. Não raras vezes, ouvem-se comentários de que o agricultor fulano de tal foi “logrado” no peso do milho ou do porco que vendeu, etc. A ingenuidade e a boa fé dos colonos, aliados à “esperteza” do comerciante, geralmente, geram um clima de desconfiança e mal-entendidos.

se tem verificado é uma inter-relação e complementaridade entre ambas.

A realidade descrita acima foi determinante e decisiva na implementação do processo de industrialização, modernização e urbanização durante o século XIX e grande parte do século XX. Atualmente, diante da crise de identidade da sociedade urbana, às voltas com a desagregação de valores, com normas sociais insuficientes e perda do controle social em face da estrutura social herdada, tem-se debitado ao processo da industrialização e da urbanização descontrolada a responsabilidade pelas mudanças e pela crise generalizada. Modernizar era preciso. E o que era uma necessidade, passou a ser um problema. A metamorfose do caipira atrasado em cidadão de concepções urbanas, valendo-se da manipulação e da afirmação da necessidade de intervenção das instituições urbanas na vida rural para dinamizá-la, em parte, não produziu os resultados esperados. Ao contrário, ativou crises identitárias, conflitos intrafamiliares, agravou problemas sociais, enfim, gerou uma série de obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico, dificultando aos migrantes rurais o acesso à cidadania e aos direitos já plenamente constituídos em lei.

A modernização agrícola atingiu as propriedades familiares, afetando de forma desigual os atores sociais, conforme o volume de capital disponível para investimentos, a extensão de terra para produzir e o acesso aos conhecimentos tecnológicos. Algumas propriedades sofreram importantes transformações em sua organização econômica, em sua integração ao mercado e em suas relações sociais. Houve, também, a expansão do mercado interno em decorrência do incremento da população e da urbanização acelerada. A modernização incentivou o consumo, em grande escala, de novos insumos tecnológicos, máquinas e equipamentos agrícolas, adubos químicos, pesticidas, rações balanceadas para animais e uso de sementes melhoradas. A base de sustentação partiu das políticas de pesquisas desenvolvidas pelo governo, da importação de tecnologias e de crédito agrícola subsidiado aos grandes produtores, pela penetração no país das multinacionais e de

empréstimos externos, comprometendo as contas públicas a médio e longo prazo. É interessante observar-se o que diz Martins sobre a necessidade de modernizar:

ao contrário, as características humanas e econômicas que a ideologia urbana desfavorece e que se manifestam, por exemplo, no estereótipo do caipira, são as que tendem a impor-se como possíveis nas condições que determinam o capitalismo no Brasil. É, pois, o estabelecimento tradicional que se constitui num dos pontos de apoio da efetivação do mundo capitalista e urbano no país. E é justamente esse tipo de estabelecimento que o mundo urbano pretende 'modernizar'. Ele precisa vender mercadorias, mas precisa, igualmente, comprar barato aquilo que consome. A realização do primeiro desejo destrói as possibilidades de efetivação do segundo... (1975, p.13).

Tendo por base a formulação e a veiculação da idéia que coloca a submissão do rural ao urbano como necessário e sem volta, verifica-se que a consolidação do mundo capitalista e urbano, no Brasil, se faz em decorrência da modernização do mundo rural.

Raras vezes, tem-se tentado compreender as razões e os fatores que estão implícitos nos deslocamentos migratórios no sentido rural-urbano: suas necessidades mais emergenciais, suas aspirações, suas motivações, seus interesses, etc. O que os impulsiona a se definir para o emprego nas fábricas de calçados do Vale do Sinos?

Segundo Schwarz, o projeto político e econômico das elites pretendia, única e exclusivamente,

arrancar a população aos enquadramentos semicoloniais em que se encontrava, e de trazê-la, ainda que de forma precária, ao universo da cidadania, do trabalho assalariado e da atividade econômica moderna, industrial sobretudo, contrariando o destino agrário a que o imperialismo – como se dizia – nos forçava.[...] os novos tempos desagregavam à distância o velho enquadramento rural, provocando a migração para as cidades, onde os pobres ficavam largados à disposição passavelmente absoluta das novas formas de exploração econômica e de manipulação populista (1994, p.9).

Percebe-se, nessas poucas considerações, que a modernização da agricultura, pelo menos no Brasil, tem sido motivo para diferentes interpretações e para diferentes embates político-ideoló-

gicos. A idéia da dualidade rural/urbano foi rapidamente absorvida. Novos valores, comportamentos e hábitos, até há pouco exclusividade do homem urbano, passaram a fazer parte do cotidiano do homem da roça. Os novos padrões de consumo foram transformando os meios de vida dos agricultores familiares. Estes, impotentes diante da correnteza, representada pelas estratégias inteligentemente construídas e implementadas pelos donos do capital e do conhecimento, viram-se frente a duas alternativas: aceitar o modelo, integrando-se a ele, ou rejeitá-lo (resistindo), correndo o risco de uma exclusão irreversível.

De qualquer maneira, a impressão que fica, *a priori*, é a de se estar diante de um projeto político muito bem arquitetado pelo capital multinacional e executado pelo Estado Nacional. A modernização é apenas uma das facetas do projeto maior em ação. Para fazer frente às necessidades e às exigências da tecnologia, era necessário dispor dos quatro elementos inter-relacionados e já apontados anteriormente, a saber: capital, terra, força de trabalho e conhecimento. Pelo visto, os agricultores familiares com pouca ou nenhuma terra, distantes dos mercados consumidores, desamparados pelos órgãos oficiais, em grande quantidade, optaram pela alteração de seu modo de vida, integrando-se ao novo modelo, apostando na alternativa, quase irresistível, veiculada pela propaganda positiva sobre a cidade, na qual o emprego nas fábricas de calçados foi o carro chefe.

A supressão das fronteiras e a ocupação dos espaços fazem crescer o interesse pelo estudo das relações econômicas, socioculturais e políticas, tomadas como realidades contraditórias. Entende-se que a trajetória dos atores sociais em estudo é muito mais um processo contínuo, inconcluso e dinâmico. O discurso da relação de dependência do rural em relação ao urbano, ou mesmo da periferia em relação ao centro, parece pouco consistente. Tem-se como válida a afirmação de que existem realidades diferentes que se intercomunicam, se interpenetram e se inter-relacionam, sempre num permanente estado de tensionamento e complementaridade.

Portanto, a ocupação da região do Alto Uruguai e o conseqüente modo de vida adotado pelos (i)migrantes que lá se organizaram econômica, política e culturalmente, devem ser analisados e observados com base na ótica da inter-relação e da reciprocidade de interesses, e como parte do projeto capitalista em expansão. As razões que dão sustentação à retirada (o êxodo rural) não devem ser buscadas apenas no interior da região do Médio Alto Uruguai. Da mesma forma, é inaceitável a justificativa de que a retirada em direção à cidade tenha sido motivada pela inaptidão (preguiça, ignorância ou baixo nível de escolaridade) dos membros das famílias dos agricultores familiares. Melhor seria dizer que se está diante de um processo bastante complexo, com diferentes possibilidades de interpretação, para o qual ainda não se construiu uma explicação convincente por se tratar de uma realidade em constante processo de transformação.

Na realidade, esta é a problemática de investigação e merece ser reforçada. O sonho acalentado, desde o além-mar, pelos primeiros imigrantes de se tornarem proprietários de uma área de terra, retirando dali o alimento necessário para o sustento da família, não se concretizou de forma satisfatória. Da mesma forma, os migrantes que arriscaram suas vidas no sertão do Médio Alto Uruguai, no prazo de uma geração ou pouco mais, viram seus sonhos debilitarem-se diante da realidade. No plano macro, as transformações econômicas, políticas e culturais que marcaram o pós-guerra provocaram fortes impactos na organização das atividades produtivas. O processo de industrialização e urbanização, aliado à modernização da agricultura, introduziu mudanças profundas na relação campo-cidade. Essas podem ser tratadas como duas racionalidades com ritmos diferentes de adaptação, porém ambas direcionadas ao mesmo fim: a conservação da estrutura fundiária e a manutenção do *status quo* e dos privilégios das elites.

Agricultores familiares, com pouca ou nenhuma terra, migram para os centros urbanos com a certeza do emprego que os espera nas fábricas de calçados. O espaço abandonado, por razões e di-

ficuldades alheias à sua vontade e contra as quais percebem-se impotentes, formam barreiras à concretização do projeto de vida, pensado no contexto de origem. O não-controle sobre o fruto do seu trabalho aliado à insuficiência de recursos financeiros para fazer frente aos problemas cotidianos, impostos pela conjuntura econômica e política nacional e internacional, revelam um migrante enfraquecido economicamente, mas que resiste à exclusão ao mudar de atividade profissional. As alternativas que, esporadicamente, visualiza além do assalariamento já identificado,

apresentam-se como realidades incertas, demoradas e insatisfatórias.

A fábrica mostra-se, num primeiro momento, para o migrante como um espaço conquistado, capaz de lhe restituir a possibilidade de realizar-se profissionalmente e de reafirmar sua identidade.

É importante acompanhar a caminhada empreendida pelos agricultores familiares na sua saga pelo cotidiano da cidade. Cabe voltar o olhar sobre o contexto de chegada; as estratégias de reprodução implementadas pelos atores sociais; as novas redes de relações tecidas; enfim, a nova realidade profissional que se constitui.

2 O mundo da cidade: nova realidade socioprofissional

Migrar é, antes de tudo, bater-se pela vida!
Centro de Estudos Migratórios

2.1 Um olhar sobre o contexto de chegada: repercussões do reencontro

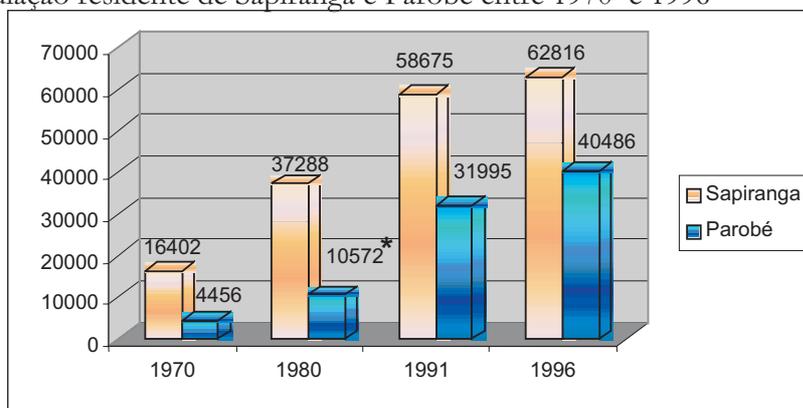
O Vale do Sinos, região metropolitana de Porto Alegre, partilha, em sua história, com a região do Médio Alto Uruguai as raízes européias dos primeiros colonizadores e as dificuldades iniciais que os (i)migrantes enfrentaram para superar os obstáculos da colonização. A tarefa dos imigrantes alemães de colonizar o Vale do Sinos, a partir de São Leopoldo, em 1824, assemelha-se à tarefa dos (i)migrantes italianos, alemães, lusos e caboclos que, um século mais tarde, colonizariam a última área florestal nativa, “livre”, no extremo norte e noroeste do Rio Grande do Sul.

A partir de 1940, a cidade de Parobé volta-se para o ramo coureiro-calçadista. Na década seguinte, atraiu grande quantidade de migrantes que venderam sua força de trabalho nas diversas fábricas de calçados ali instaladas. Em 1982, emancipou-se de Taquara.

O gráfico 4 indica o crescimento da população dos municípios de Sapiranga e Parobé entre 1970 e 1996.

A indústria coureiro-calçadista, em curto espaço de tempo, cresceu desproporcionalmente em relação às condições demográficas e de infra-estrutura das comunidades contempladas neste estudo. A oferta de mão-de-obra pela comunidade não atendia ao ritmo da expansão industrial. Toda a força de trabalho disponível na própria cidade estava empregada. A indústria, em expansão, carecia de mais mãos para o trabalho. A falta de mão-de-obra nas indústrias foi suprida pelos migrantes que deixavam suas comunidades no Médio Alto Uruguai, deixando suas terras, suas plantações, seus instrumentos de trabalho, para aderir ao “boom” industrial coureiro-calçadista do Vale do Sinos. Em consequência, as cidades cresceram desordenadamente e as ocupações de áreas periféricas se multiplicaram, enquanto o poder público a tudo assistia, desorientado. A realidade social havia escapado do seu controle.

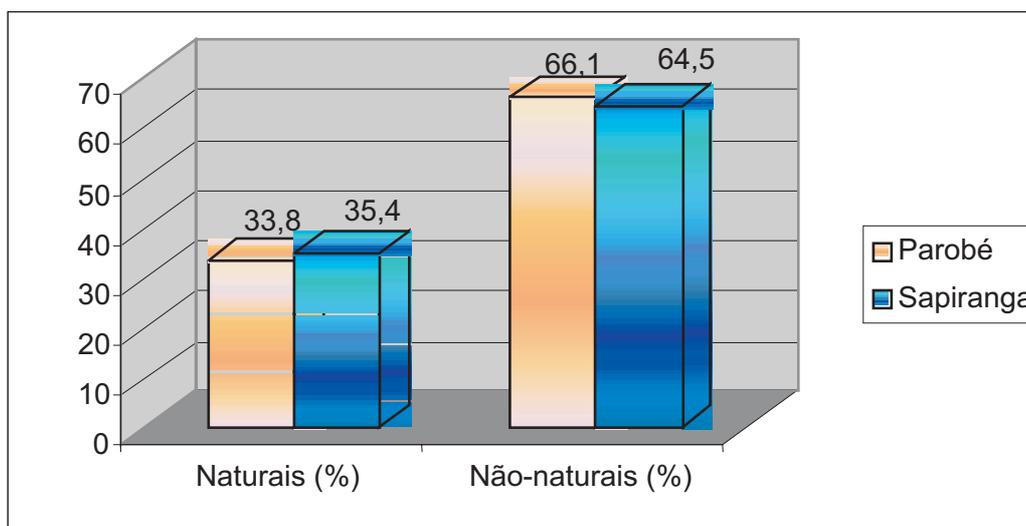
Gráfico 4 – População residente de Sapiranga e Parobé entre 1970 e 1996



Fonte dos dados: Censo demográfico de 1970, 1980, 1991 e contagem da população do IBGE de 1996.

* Estimativa Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1985, p. 55.

Gráfico 5 – População natural e não-natural de Parobé e Saporanga – 1991



Fonte dos dados: Censo demográfico do IBGE, 1991.

O gráfico 5 evidencia o predomínio da população não-natural sobre a natural dos municípios de Saporanga e Parobé.

Em seu estudo, *Agricultura familiar e industrialização*, Schneider (1999), ao tratar das migrações para o Vale do Sinos e Encosta da Serra divide o processo em duas fases. Na primeira fase, de meados da década de 1970 até o início dos anos 1980, a corrente migratória tem como destino as cidades de Novo Hamburgo, Campo Bom, São Leopoldo e Saporanga; na segunda fase, o destino dos migrantes privilegia cidades de menor porte, como Taquara, Parobé, Igrejinha, entre outras.

Nos dois casos, o processo é o mesmo: o migrante vem, oriundo, prioritariamente, das microrregiões de Frederico Westphalen, Três Passos, Nonoai e Santa Rosa, com um objetivo bem definido, o de transformar-se num assalariado em alguma das muitas fábricas de calçados existentes na região do Vale do Sinos.

A indústria calçadista refletirá, exatamente, o modelo da sociedade moderna capitalista, apresentando os principais elementos que corporificam tal instituição: a “fábrica”, como centro dinâmico do processo produtivo; “o trabalhador

assalariado”, que troca sua força de trabalho por um salário; “o capitalista”, cuidando dos interesses do capital; e “uma ética do trabalho”, justificando como moralmente válidos, não apenas a necessidade e o dever de trabalhar, mas também toda a rede de relações que se articulam em torno do centro produtivo (Silva, 1995).

A vida da cidade funciona conforme o ritmo da fábrica. Ela (a fábrica) é o centro de referência e dinamizador de todo o processo produtivo. O dinamismo da cidade acompanha o fluir econômico da fábrica, e não o contrário. Ao trabalhador assalariado caberá apenas o papel de agente passivo do processo de transformação. O trabalho funciona como o eixo central das relações sociais, constituindo-se o meio pelo qual os indivíduos adquirem existência e identidade social através do exercício de uma profissão (Silva, 1995).

O processo migratório, refletindo a gradativa industrialização da economia, vai ganhando novo impulso com a modernização da agricultura e tornando-se importante no processo de revigoração do sistema capitalista em nível mundial. Até aí, era na agricultura que se concentrava a maior parte da força de trabalho brasileira²². E

22 Cf. gráficos 2 e 3, p. 8.

foi o setor primário da economia, em que predominava a agricultura de subsistência, que mais liberou mão-de-obra para a indústria.

A difícil realidade da roça coincidiu com a possibilidade de conseguir emprego nas fábricas de calçados²³. Esta possibilidade de emprego constituiu-se num motivo bastante seguro, porém não o único, para o abandono do contexto de origem. O emprego, para os migrantes, significava substituir o esforço físico não recompensado no meio rural, pela esperança de melhores condições de vida e trabalho na cidade. A decisão de migrar para o Vale do Sinos consolidou-se a partir de meados da década de 1970 e apresentou-se como uma alternativa concreta para os agricultores familiares da região do Médio Alto Uruguai, superando, inclusive, a opção pelo Centro-Oeste e pela Amazônia, fronteiras agrícolas em evidência na oportunidade. É o período em que se abrem muitas vagas na indústria calçadista. Emprego nas fábricas de calçados é o que não faltava. A rede de informações e de apoio estava constituída. Por isso, antes mesmo de a família se acomodar na nova residência, já surgiam as primeiras ofertas de emprego: “logo que chegamos aí na casa, vieram uns rapazes falar com as ‘gurias’ para ver se não queriam trabalhar nas fábricas...” (Entrevista 07).

No local de origem, ser professor municipal pela manhã, trabalhar na lavoura à tarde, frequentar aulas do segundo grau à noite, não satisfazia às aspirações do jovem que se deixa cativar pela alternativa migratória, pois “eu tinha vontade de fazer uma faculdade. Sapiiranga era muito bem-falada, reconhecida como um ótimo lugar para emprego. Aí eu me decidi: eu vou para Sapiiranga...” (Entrevista 14)

As dificuldades que os migrantes rurais encontravam para executar as tarefas da roça também pesaram na hora de se decidir pela migração: “As coisas eram muito custosas lá. Comprava um saco de milho, por exemplo, tinha que

vender cinco para pagar. Não tinha mais meio, não! Os filhos vieram na frente. A idéia inicial era trabalhar nas fábricas” (Entrevista 13).

A situação muito ruim na roça fez o informante pensar: “Vou tentar outra vida!...” (Entrevista 3). A alternativa do informante continha a possibilidade de morar com os filhos, visto que alguns deles já haviam migrado para o Vale do Sinos. Durante uma dessas visitas aos filhos, ele ficou sabendo da existência de vagas para trabalhar nas fábricas. Foi o bastante para retornar à origem, juntar o restante da família e os poucos pertences que possuía, e assentar raízes no Vale do Sapateiro.

Alguns informantes foram mais arrojados, migrando com um considerável número de filhos na bagagem, muitos deles em idade escolar e, portanto, do ponto de vista social e legal, indisponíveis para o trabalho na fábrica. Na prática, as crianças representavam um problema a mais na hora de pensar em moradia, escola, saúde e alimentação. O atendimento às necessidades biológicas passou a ser prioridade. Em decorrência dos baixos salários pagos pelas empresas, as crianças foram forçadas a abandonar a escola mais cedo, incorporando-se ao cotidiano dos pais e irmãos mais velhos no trabalho assalariado. No entanto, a sua inserção precoce no trabalho assalariado, ou nos ateliês domésticos, emerge como uma alternativa interessante, tanto pelos pais (pelo aumento da renda da família), quanto pelos empresários (salários menores e redução de custos). Enquanto isso, o Poder Público apenas acenava com medidas paliativas, omitindo-se ou aliando-se à elite local, sempre que os conflitos entre patrões e trabalhadores afloravam. O futuro da cidade e da maioria de seus habitantes ficou comprometido.

No meio rural, as famílias dependiam das safras. Além do seu próprio esforço, dependiam da natureza para as boas colheitas. Dificilmente reclamavam. Apesar de tantas frustrações e resulta-

23 Marx já sinalizava que “parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na eminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência [...] Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (1984, 208).

dos insatisfatórios, resistiram até a exaustão. Sobre isso, Marx (1978, p. 359) lembra: “os camponeses, desapontados em todas as suas esperanças, esmagados mais do que nunca, de um lado pelo baixo nível dos preços do grão e de outro pelo aumento dos impostos e dívidas hipotecárias, começaram a agitar-se nos departamentos...”

O binômio – motivação pelo emprego e frustração com as safras – foi fator importante para a decisão de migrar em busca de outra atividade ocupacional.

2.2 Rumo à utopia: um destino comum?

A transferência da roça para a cidade, mudando de atividade profissional, foi marcada por dificuldades, humilhações e muitas privações, sem contar o impacto que representou o fato de deixar o lugar de nascimento, onde tantas coisas davam cor e brilho na história de cada um. Entretanto, a proximidade das duas regiões (Médio Alto Uruguai e Vale do Sinos) que distavam uma da outra em pouco mais de 400 km e cujo trajeto podia ser realizado mais ou menos em seis horas de ônibus, entusiasmava os migrantes. Após uma visita ao Vale do Sinos, a animação tomou conta do informante: “daí voltei lá na colônia, carnei os quatro porcos que tinha, para trazer a carne, fiz açúcar seco, vendi uma vaca de leite, vendi o arado, a capinadeira, a carroça, tudo, e vim para Parobé...” (Entrevista 7).

A maioria das famílias migrantes foi ocupando áreas (loteamentos) sem infra-estrutura com ausência de rede de água e esgoto, calçamento das ruas e energia elétrica. O Poder Público assistia inerte à multiplicação constante de vilas irregulares. No orçamento municipal, poucos recursos eram destinados para atender os “de fora”²⁴ (migrantes), na forma de abertura de ruas, esgotos, iluminação, etc. Estes, por sua vez, pouco re-

vindicavam ao Poder Público, a não ser o direito de escolher um terreno para fixar moradia. Em síntese, o que os migrantes buscavam era “um lugar” onde pudessem, literalmente, acomodar seus parcos pertences e sua prole. Um dos informantes (entrevista 1) relata que a mudança foi feita com um caminhão pago pelos Vicentinos (entidade filantrópica com atuação em Frederico Westphalen). Mudaram-se o casal e sete filhos cujas idades variavam entre dois e doze anos. Tudo o que possuíam era uma cama de casal, um baú, uma mesinha, as roupas de cama e de vestir. Conta o informante que, no primeiro dia, a família acomodou-se em um posto de gasolina, num espaço gentilmente cedido pela proprietária do mesmo; depois na garagem do próprio posto; em seguida, foram para uma casa de 4m x 5m (só as paredes); finalmente, para uma casa da empresa de beneficiamento de madeira na qual o informante arranhou o primeiro emprego. Em 1982, o informante transferiu-se para Parobé onde conseguiu emprego na fábrica de calçados Azaléia. A esposa do informante trabalhou, durante oito anos, em casas particulares no município de Novo Hamburgo, recebendo muitos presentes das donas das casas onde prestava serviços domésticos: móveis usados, brinquedos, roupas e até comida. Mesmo depois da transferência da família para Parobé, ela manteve suas atividades nessa cidade. A atividade extrafamiliar da esposa foi fundamental para o sustento da família, inclusive, porque evitou que as crianças, principalmente as do sexo masculino, entrassem para o mundo da marginalidade.

Além dos riscos que a mudança representava, havia a preocupação com as armadilhas da cidade. Sem recursos, sem crédito, pelo fato de serem desconhecidos, a ansiedade tomava conta dos migrantes.

Ah, nem fala! olha, nós sofremos, pra te dizer a verdade, quando nós construímos aqui, era assim: Comprava

24 Consideramos “de fora” todos os migrantes oriundos, principalmente, do Médio Alto Uruguai RS, que, a partir da metade da década de 1970 e durante toda a década de 1980, deixaram o contexto de origem para assalariar-se nas fábricas de calçados; (enquanto) denominamos “do lugar” aos habitantes naturais do Vale do Sinos, que fundaram e construíram em todo o seu curso, o *habitat* onde vivem e trabalham.

o material, quando pensava que tinha tudo, faltava de novo. Daí meu marido disse: “Meu Deus, não vamos conseguir!” Inclusive foi no Piaia [Empresa de Materiais de Construção localizada no município de Palmitinho], que nós compramos todo o material de instalação da energia elétrica, porque aqui, sem conhecer ninguém, não conseguiríamos fiado. Viemos para cá sem nada! Só com o dinheiro da mudança que a minha mãe deu a metade e a minha sogra a outra metade, pra nós poder trazer as coisinhas. Inclusive colocamos mais uma mudança em cima do caminhão pra conseguir o dinheiroinho.[...] [do local de destino apenas sabiam que um primo estaria esperando]. Pensa: “Sem dinheiro, sem conhecer ninguém [exceto o primo] e sem emprego...” Além disso, alguns vizinhos da roça faziam força para que a gente não saísse. Alguns diziam: “Lá vocês se quiserem um limão vão ter que comprar!...” (Entrevista 12).

O relato revela uma situação peculiar já comentada no primeiro capítulo: a importância do comerciante e a possibilidade de comprar fiado (em prestações). Quem vai socorrer o migrante não é o dono da fábrica onde a informante arruma o primeiro emprego, mas o comerciante conhecido, lá do contexto de origem, que conhece bem os seus clientes e sabe se pode vender para pagamento posterior, às vezes, por tempo bastante dilatado. Outra novidade está no fato de que os migrantes utilizavam o mesmo caminhão para transportar as mudanças o que, no final das contas, era uma maneira de baratear o frete. O dinheiro para pagar o transporte, geralmente, era emprestado por familiares que ficavam, ou por alguma família amiga, restando então uma “dívida” que não podia ser negada. Era com orgulho que o migrante retornava à origem para “quitar” as contas.

Logo que se transferiu para Parobé, a família da informante vendeu a casa e a terra que possuía

em Frederico Westphalen e colocou o dinheiro no banco, para render juros. Pretendia investir tal montante numa atividade comercial em Parobé. Em março de 1990, o Governo Collor confiscou a poupança, e a família ficou sem nada. A retenção do dinheiro que estava na poupança fez com que o esposo da informante adoecesse de tanto desgosto: “Uma vida inteira trabalhando e agora perder tudo e para o governo, ainda, quando o governo é que tinha que ajudar!” (Entrevista 19).

A mudança de local de moradia em busca de outra atividade profissional forçava os migrantes a se desfazerem de muitos objetos e instrumentos de trabalho (ferramentas, maquinário, animais, móveis, etc.), ou a encontrarem um jeito de acomodá-los no novo local de moradia²⁵ que, muitas vezes, era uma peça arranjada nos fundos da casa de um parente ou amigo que havia migrado há mais tempo. De qualquer maneira, o distanciamento da terra que os viu nascer e crescer gerava inicialmente uma situação de desconforto, somada ao fortalecimento da idéia de perda apenas amenizada pelos desafios do novo contexto e pelas novidades proporcionadas pelo novo local de moradia e pela (nova) atividade profissional.

Para as crianças, tudo era novidade; para os adultos, contudo, a mudança tanto podia indicar a possibilidade de melhorias no modo de vida como indicar o fracasso, forçando a família a conviver em condições semelhantes às do contexto de origem. Essa transferência implicava mudanças no caráter das relações socioprofissionais, étnicas, culturais e, até mesmo, na forma de interpretar e agir em relação ao binômio tempo/espaço. A mudança de atividade ocupacional, apesar de expor as diferenças que identificavam o contexto de origem e o contexto de chegada,

25 José Moura Gonçalves Filho em *A memória da casa e a memória dos outros*, lembra que “a casa humana recolhe uma coleção de objetos que nos ligam ao passado da família: são retratos, panos, livros, algum adorno, móveis, muitas vezes, recebidos dos pais, dos avós objetos que carregam histórias e fazem com que o morador se enraíze, mais além da natureza, também no mundo dos seus ancestrais, ligando o homem a outros homens que o precederam e que o abrigaram. Estar em casa é estar nos outros, é estar em si mesmo, estando nos outros. Ocorre que a mobilidade extrema e insegura das famílias pobres, migrantes ou nômades-urbanas, impede a sedimentação do passado. Os objetos herdados, toda esta coleção de bens biográficos não logra acompanhar a odisséia dos miseráveis. São transferidos, são abandonados ou são vendidos a preços irrisórios. A espoliação econômica manifesta-se ao mesmo tempo como espoliação do passado” (1998, p.17-24).

apresentava a possibilidade de estreitarem-se laços, unindo o antes e o agora em um objetivo único: garantir a sobrevivência da unidade familiar. Embora a transitoriedade nem sempre fosse tranqüila, a atividade ocupacional reafirmava valores, fortalecia vínculos e, o que era mais importante, contribuía, decisivamente, para a nova rede de relações que se estabelecia. Entretanto, conforme nos ensina Wirth, ambos – contexto de origem e contexto de chegada – “podem ser encarados como dois pólos em relação aos quais todos os aglomerados humanos tendem a se dispersar” (1979, p.99).

O local de chegada, pelas suas peculiaridades, produzia uma necessidade fundamental: a integração entre os que já eram “do lugar” e os que chegavam “de fora”, ambos com seus valores e jeitos de ser. A realidade, contudo, mostrava uma única necessidade fundamental: a de aparelhar a sociedade de forma que pessoas diferentes pudessem trocar experiências e fazer com que o diferente e o igual contribuíssem no sentido de melhorar as condições de vida de ambos. Mesmo que o “destino” tenha reservado, inicialmente, aos migrantes os arrabaldes da cidade (loteamentos irregulares, periferia²⁶,...), deixando-os sujeitos à exploração imobiliária, a possibilidade de um trabalho na fábrica superava tais dificuldades. A pressa de conseguir o emprego na fábrica somava-se à preocupação de assegurar, ainda que provisória e precariamente, um espaço para acomodar a família e os pertences trazidos na mudança. Somente após ter garantido uma fonte de renda quinzenal ou mensal é que o migrante pensava nas demais necessidades básicas que o contexto de chegada exigia.

Embora a periferia fosse uma das marcas da descontinuidade do tecido urbano, ora se aliando ao centro dinâmico e aglutinador da cidade, ora se contrapondo e reagindo aos padrões de consumo e ao modo de vida imposto do centro à periferia, para o migrante esta era uma questão irrele-

vante. O desejo dele, no curto prazo, era tornar-se empregado, se possível, com Carteira de Trabalho assinada. Em algumas cidades (Sapiranga, Parobé, Capela de Sant’ana, Dois Irmãos, Novo Hamburgo), construíram-se vilas e bairros ocupados, hegemonicamente, por migrantes. No contexto de chegada, encontram-se exemplos reveladores: no Bairro Imigrante, em Capela de Sant’ana e no Bairro Amaral Ribeiro, em Sapiranga, muitos nomes de ruas resgatam e preservam os nomes dos municípios de origem dos migrantes (rua Palmitinho, rua Frederico Westphalen, rua Caiçara etc.).

2.3 A vida na cidade: uma releitura da realidade

Ao reconstruir a aventura do processo migratório, contada de forma prazerosa e descontraída pelos migrantes, pais e filhos exibem um brilho especial nos olhos, resultante do sentimento de orgulho misturado com a emoção de ter, apesar de todos os obstáculos, alcançado o objetivo inicial: morar na cidade e trabalhar na fábrica. O seu olhar para o passado revela duas faces bem distintas: numa delas, está expressa a denúncia ao abandono a que foram submetidos no contexto de origem; na outra, estão expressas a convicção e a consciência do “dever cumprido”. O não querer voltar para a roça torna-se perfeitamente compreensível, principalmente por causa daquelas condições adversas em que viviam na primeira fase de sua vida ocupacional. Os depoimentos são bem ilustrativos a esse respeito:

Ah! não, hoje ninguém quer voltar. Se eu pensar em ir pra colônia, vou só eu, ninguém vai, nem a mulher. Acho que não, nem os filhos (Entrevista 7).

Ah! não quero nem pensar na colônia, mais. Parte do meu passado está lá, e eu não tenho boas lembranças de nada... (Entrevista 12).

Até eu que me criei lá, vou pra lá, fico muito bem uma semana, mas depois eu já não quero mais ficar, quero

26 A periferia, no entender de Sposito, se constitui numa “das determinantes do processo de fragmentação da cidade e pode ser visto como uma das formas contemporâneas, através das quais se origina ou se acentua a segregação sócio-espacial” (1999, p.16).

vir embora. A gente criou raiz aqui, o que eu tenho está aqui (Entrevista 21).

Nas condições atuais, são poucos os migrantes que pensam em voltar para a roça.

O fascínio pelo emprego tinha um endereço certo: as fábricas de calçados do Vale do Sinos. Este espaço transformou-se no “eldorado do emprego”, coincidentemente no mesmo período em que os agricultores familiares viviam uma “crise” em relação aos produtos responsáveis pela sua permanência no contexto de origem. A diretora do Museu de Sapiranga relata o processo que resultou na grande migração de agricultores familiares do Médio Alto Uruguai para o Vale do Sapateiro:

aquela pequena fábrica que eles tinham se transformava numa indústria, todo um complexo. Nesta primeira fase, nos primeiros anos da década de 70 o “boom”, o progresso, tudo às mil maravilhas. Não existiam problemas. A cidade só crescia. Melhorias em todos os setores[...]. Quem trabalhava na fábrica tinha condições de melhorar de vida, de ter uma casa melhor, de ter o seu carro, de ter uma série de eletrodomésticos, de coisas assim. Só que nós vamos chegar lá pelos anos de 1974/75 e essa mão-de-obra vai escassear, porque a indústria que está aqui absorveu a mão-de-obra economicamente ativa da cidade pacata até então, de 20 mil habitantes, onde todos se conheciam, aquele clima de cidade de interior, realmente bom. Aí nós temos a vinda de alguns empresários que vêm associar-se às indústrias de calçados daqui. Vêm de outros lugares, já com uma visão diferenciada, uma visão de ampliar essa indústria e é aí que vamos observar empresários que vão para a televisão dizer: “Sapiranga precisa de mão-de-obra, aqui tem emprego para todo mundo” [...]. A partir de 1976 em diante, verificamos a vinda de muitos migrantes do Alto Uruguai, gente de toda aquela faixa geográfica vem para cá devido à propaganda. Os primeiros que vêm vão se dar superbem, o sucesso deles vai ser o mesmo sucesso de quem já estava aqui. Assim como a indústria cresce, eles também vão crescer pessoalmente e quando os parentes vêm para fazer visita e vêem que têm uma casa, um carro, todo o conforto dentro de casa, eles também querem vir. Então esta propaganda que saiu inclusive no Jornal Nacional, dizendo que aqui havia emprego, fez com que muitas pessoas viessem para cá (Entrevista 9).

Esta cidade-fábrica, para reverenciar Hobsbawm (1977), prometia boas perspectivas quanto

a oportunidades de trabalho para todos os membros da família e a melhoria significativa de condição de vida. Segundo o Presidente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, o projeto político da administração municipal da época era (...) “produzir calçados para exportar e que venham as pessoas. Mas nunca se preocuparam com o que essas pessoas iriam fazer no futuro, como seria e como a cidade se estruturava [...]. A cidade não estava preparada para receber tanta gente” (Entrevista 15).

A história tem mostrado que não houve preocupação dos donos das fábricas de calçados e do próprio Poder Público em se certificar se os migrantes eram possuidores, ou não, de um grau de educação formal, razoavelmente compatível com necessidades futuras, decorrentes das inovações tecnológicas. Os migrantes e seus filhos nunca tiveram acesso a um tipo de qualificação em que a leitura, a escrita e a capacidade de raciocínio fossem componentes indispensáveis para um conhecimento pormenorizado do funcionamento da fábrica e das relações macroeconômicas. O operário da indústria calçadista sempre foi pago para cumprir tarefas, entre as quais a de produzir “x” quantidade de pares de calçados, não necessitando ser portador de um apurado raciocínio e de capacidade para tomar decisões. A inteligência do trabalhador, neste modelo tecnológico, apenas deve responder aos estímulos e suprir as necessidades dos donos dos meios de produção. Nada mais, apenas o cumprimento rigoroso das normas operatórias, com tarefas sempre prescritas e metas de produção a serem alcançadas. Este era o receituário posto ao alcance do migrante.

O objetivo dos donos das fábricas de calçados estava bem definido: produzir grande quantidade de bens padronizados, com o emprego de uma força de trabalho semiquificada, tendo em vista sempre a separação entre concepção e execução, típico do modelo taylorista/fordista. Semelhante processo fora examinado, nos seus pormenores, por Marx (1984), ao longo do século XIX, apontando para o enfraquecimento da capacidade de resistência dos trabalhadores rurais, enquanto o inverso acontecia com a con-

centração dos trabalhadores nos núcleos urbanos. Ao migrante, faltavam-lhe, sobretudo, condições materiais e um maior grau de escolaridade, capazes de lhe dar consistência a médio e longo prazo, e de possibilitar-lhe investir num projeto de vida²⁷ mais arrojado.

O gráfico nº 6, evidencia, entre outros aspectos, que 93,3% dos trabalhadores sindicalizados que participaram do levantamento de dados do sindicato possuíam um grau de escolaridade que variava entre o analfabetismo e a 8ª série do primeiro grau.

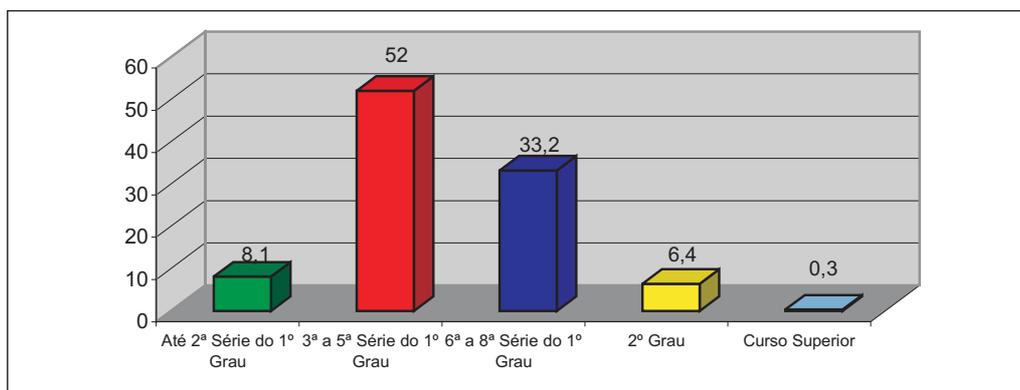
O presidente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga justifica o porquê do alto número de trabalhadores com baixa escolaridade. Segundo ele, na roça, os mais velhos pensavam não ser necessário muito estudo.

Tinha uma visão lá na colônia que nossos pais deixaram para nós que sabendo ler e escrever estava bom. Para

lavrar, plantar feijão, colher soja e tal não precisa saber muito [...] Essa mentalidade da roça foi trazida para a cidade. Em pouco tempo, crianças com 10, 11, e 12 anos estavam na fábrica [...] o pessoal que veio do interior, um povo que só queria trabalhar, custou para se organizar e se dar conta de que, no futuro, teriam problemas... (Entrevista 15).

Apesar das adversidades, a história de vida e de trabalho dos migrantes foi ganhando consistência. O cotidiano da fábrica e as novas relações socioprofissionais que se constituíam, possibilitaram a formação de uma nova consciência profissional, fazendo emergir um sentimento de resistência, manifestado, por exemplo, na tomada do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, em 1986, tida como a grande virada na história das relações de trabalho da indústria calçadista do Vale do Sinos²⁸. Manifestaram-se, então, os conflitos entre os migrantes “de fora” e a elite políti-

Gráfico 6 – Perfil dos trabalhadores do calçado, segundo o grau de escolaridade, 1999



Fonte dos dados: Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, Araricá e Nova Hartz, 1999.

27 É importante fazer uma ressalva quando se fala em projeto. Aqui se faz uso de Gilberto Velho, segundo o qual “a possibilidade da existência de projetos individuais está vinculada a como, em contextos socioculturais específicos, se lida com a ambigüidade fragmentação-totalização” [...] Mais adiante, o mesmo autor, define projeto não como “um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termo da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes [...]”. O projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação” (1981, p.26).

28 Conforme a historiadora e Diretora do Museu Municipal de Sapiranga, Dóris R.F. Magalhães, “1986 é um ano muito significativo. No ano de 1986, o movimento sindical, na cidade de Sapiranga, tem seu ponto alto. Por quê? Porque com a vinda desses migrantes para cá, se estabelecendo por aqui, muda o perfil do sindicato. O Sindicato dos Sapateiros era comandado por sindicalistas trabalhistas estilo Brizola, Getúlio Vargas, onde havia um consenso com o patrão, sabe. Havia uma espécie de acordo entre patrão e empregado, via sindicato. O sindicato era mais assistencialista e, com a vinda desses migrantes e com o aumento do número de associados, a própria situação das fábricas todas fez com que as novas eleições do sindicato trouxessem outras lideranças. E lideranças de um trabalhismo diferente. Foi para um outro extremo” (Entrevista 9).

co-econômica local. Este foi um momento de grandes repercussões políticas e socioculturais, em face da radicalidade e dos rumos que tomou o movimento grevista que se instalou logo após a tomada do sindicato. Mas foi, também, um momento de profunda aprendizagem para os trabalhadores assalariados, na medida em que a fábrica passou a ser vista não mais como uma extensão do lar, mas como um local de venda da força de trabalho. Interesses antagônicos afloraram com toda a intensidade. As relações entre capital e trabalho já não transpareciam tão consensuais. A categoria dos sapateiros, representada pelo Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga, e a categoria dos empresários, representada pelo sindicato patronal, mediram forças em diversas oportunidades, fato que mereceria um estudo específico.

Os acontecimentos, no campo político-sindical, repercutiriam também nas relações entre os moradores “do lugar” e os migrantes “de fora”. O processo de ressocialização já não seria mais tão pacífico quanto o fora até aquele momento. Entretanto, o encontro entre os moradores “do lugar” e os que chegavam “de fora” guardaria importantes surpresas. A acolhida ao recém-chegado era carregada de simbolismos e gestos que tanto poderiam expressar um sinal de aceitação como um de rejeição. Sobre a gratidão e o significado do gesto de acolhida, Gonçalves Filho diz que, nesse processo, tudo caminha para a radicalização da receptividade: “a gratidão é pelo que se recebe: e o que se recebe, é a oportunidade de ofertar também [...] receber do outro não uma coisa, mas sobretudo a chance de recebê-lo também...” (1998, p.24).

A socialização secundária, vivenciada pelo migrante, constituiu-se em um rito de passagem para formas de interação mais complexas, tanto nos seus numerosos significados e pluralidade de interesses, quanto nos seus diferentes objetivos. Neste caso, a socialização secundária foi o processo através do qual o migrante aprendeu a conviver no interior de uma nova realidade sociocultural, interagindo com os outros e com o meio, avançando na direção de processos mais complexos e específicos.

Sobre a socialização secundária, Foracchi e Martins não deixam dúvidas. Para os autores,

todos os processos de socialização se realizam numa interação face a face com outras pessoas. Em outras palavras, a socialização sempre envolve modificações no microcosmo do indivíduo. Ao mesmo tempo, a maior parte dos processos de socialização, tanto primária quanto secundária, liga o indivíduo às estruturas complexas de macrocosmos...(1978, p.214).

Ao ligar o microcosmos ao macrocosmos, a socialização habilita o indivíduo a relacionar-se com outros indivíduos num contexto social mais amplo, capacitando-o a estabelecer contatos com o universo social inteiro.

A socialização secundária é um processo recíproco, envolvendo não apenas o indivíduo socializado, no caso os migrantes de fora, mas também os socializantes, ou seja, os moradores do lugar. A socialização se realiza sempre em uma contínua interação com os outros... (Berger, Berger, 1978).

O encontro dos “de fora” com os “do lugar” nunca se dá de maneira espontânea. Ele é permeado de diálogos e rupturas, encontros, desencontros e reencontros. No decorrer dos primeiros tempos no local de chegada, a pessoa do outro está sempre sendo observada, avaliada, aceita ou rejeitada, conforme seu “comportamento” e sua “conduta”, tanto nas relações profissionais, quanto nas relações socioculturais, inter e intrafamiliares.

2.3.1 A relação econômica na venda da força de trabalho

Um momento carregado de significados e simbolismos para o migrante, no contexto de chegada, foi o seu contato com o novo local de trabalho, espaço onde colocará sua força de trabalho à disposição do dono da fábrica, ficando a cargo deste contratá-la ou não. É importante não esquecer que este capítulo trata de uma época em que havia muitas vagas nas empresas calçadistas. Entretanto, a rotatividade e a mobilidade inter e intra-empresas também será bastante elevada.

A preocupação dos contratantes (donos das fábricas de calçados) não era com a situação eco-

nômica do contratado (migrante), nem com seu grau de qualificação, nível de escolaridade, número de filhos e local de moradia. Concentrava-se na possibilidade de extrair da força de trabalho contratada o máximo de produtividade, o que se refletiria na maior quantidade de mais-valia acumulada nas mãos dos donos das fábricas.

O papel fundamental do operário era, no entender do capitalista, fazer jus ao salário que lhe seria pago após decorrido determinado período de produção, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal. Vê-se que a função do operário, neste tipo de atividade, se resume em satisfazer os interesses do capitalista, não lhe restando margem para priorizar interesses e necessidades pessoais e familiares. Faz-se indispensável relembrar o que Marx já denunciava, há mais de um século:

por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo de produção sempre como nele entrou – fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios, para tornar esta riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio (1984, p.156).

A relação de dominação se traduz pelo poder de decisão que tem o empresário em relação à força de trabalho do operário, podendo contratá-la ou rejeitá-la, o que revela o quanto fragilizada é a posição do operário que apenas dispõe da sua força de trabalho. Dessa forma, o próprio trabalhador, ao responder positivamente aos objetivos do capital, reforça os mecanismos que o colocam cada vez mais submisso aos interesses do próprio capital. Torna-se vítima do próprio trabalho, porquanto o produto do seu trabalho, segundo Marx, “transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criativa de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor” (1984, p.156).

Entre o trabalhador, que disponibiliza sua força de trabalho para trocá-la por um determinado

salário, e o capitalista, que dispõe de capital capaz de adquirir a força de trabalho do trabalhador, cria-se uma relação de dependência e submissão do primeiro para o segundo, e uma (relação) de dominação do segundo para o primeiro.

2.3.2 O tempo-relógio

O novo modo de vida dos migrantes, tendo a fábrica como o centro dinâmico de todo o processo socioeconômico, interferindo diretamente sobre o cotidiano, transformou a realidade dos atores sociais investigados, desarticulando valores e padrões de comportamento, alterando o conjunto das relações inter e intrafamiliares, passando a aglutinar, em sua totalidade, uma rede de interesses em relação à fábrica.

Um dos fatores que mais contribuiu para desarticular a unidade familiar nas suas relações intrafamiliares foi a jornada de trabalho, definida, então, pelo tempo-relógio e não mais pelo sol, nem pelas safras, ou por qualquer outro referencial, válido no contexto anterior. O trabalho do operário tinha, no cartão-ponto, um instrumento fundamental. O controle da jornada de trabalho, contada em horas e minutos, desarticulou a noção de tempo do migrante: “Eu trabalho de noite na Azaléia. Começo às 22h 25min e paro às 5h 55min, venho para casa, tomo chimarrão, abro o mercado e vou atendendo o pessoal aqui até uma hora da tarde, daí almoço...” (Entrevista 7).

A rotina do trabalhador assalariado da indústria calçadista e a da sua família corriam por conta do compromisso de estar na hora certa, no lugar certo, isto é, no seu posto de trabalho no interior da fábrica. A hora de entrada e saída da fábrica, a troca de turno, o intervalo, o tempo para os lanches e as refeições, tudo é determinado pelo relógio. Todavia a dependência do operário em relação ao relógio não se resumiu em só isso. Mesmo fora do circuito da fábrica, os horários eram organizados em função da atividade profissional. Isso dá uma idéia dos impactos que a nova atividade profissional provocou sobre toda a unidade familiar, nos mais variados aspectos. Até mesmo o horário de deitar e de levantar passou a ser condicionado ao turno de trabalho na fábrica.

É, mudou muito, porque lá na colônia, no serviço da gente, não tinha muito aquele compromisso, das 7 horas estar pontualmente no local do serviço, mas aqui a gente chegou e às sete horas tem que estar no serviço. Mas tem aquela sensação assim, que a cada 15 dias tu vai ter um troquinho no bolso, sabe, e lá na roça a pessoa só ia pegar um dinheiro quando ia fazer uma safra (Entrevista 22).

Durante um longo período, o fazer hora extra, conhecida entre os sapateiros pela expressão “fazer serão”, foi prática comum. Além, é claro, do turno normal de 8 horas. Essa mudança de uso e controle do tempo-trabalho alterou profundamente a vida dos trabalhadores, interferindo nas suas concepções, fazendo com que as demais necessidades socioculturais fossem submetidas e programadas de acordo com as possibilidades que esse binômio oferecia. Assim, o tempo para estar com a família, ou para um bate-papo com os amigos no bar da esquina, ou para visitar um vizinho, ou para cultivar suas convicções religiosas, ou mesmo para sua vida organizativa e sindical, tudo ficou condicionado ao compromisso de estar pontualmente no portão da fábrica, bater o cartão-ponto, sem ter permissão para chegar atrasado.

A vida familiar, na cidade, foi reorganizada exclusivamente em função dos turnos, nos diferentes locais de trabalho. Raras eram as coincidências em que todos os membros de uma mesma família conseguiram trabalhar na mesma fábrica, durante os mesmos turnos, podendo acordar no mesmo horário, tomar o mesmo ônibus e manter vivos certos laços de família que vigoravam no contexto de origem.

Ao analisar aspectos de vida e de trabalho dos pobres da cidade, entre 1880 e 1920, Pesavento cita E.P. Thompson, para dizer que, para o historiador inglês

a fábrica introduz uma nova moral de trabalho e uma nova medida de tempo. A figura do relógio passa a regular o ritmo de trabalho industrial, as horas de entrada e de saída da fábrica e os períodos de descanso, a hora de acordar e a hora de dormir, fundamentais para quem, pelo novo sistema, não podia ‘chegar atrasado’ ao serviço (1994, p.28).

O migrante rural, acostumado a trabalhar orientando-se pelo sol, viu-se subitamente forçado a regular sua vida profissional e familiar pelo relógio. Este passou a ser um instrumento tão importante que o simples fato de ignorá-lo podia determinar ou a perda do emprego ou descontos significativos em sua já escassa folha salarial. É “proibido” chegar atrasado no serviço!

Uma vez mais, é preciso recorrer a Marx, para perceber-se que

não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho, e, portanto, o salário nos trilhos adequados às necessidades de valorização do capital²⁹, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (1984, p.277).

Para garantir um nível de sobrevivência mínimo, todos os membros da unidade familiar eram convocados a contribuir no atendimento às demandas familiares. Garantir a satisfação do tripé básico, alimentação, vestuário e moradia, era prioridade absoluta. Se sobrasse receita, esta seria partilhada entre as demais demandas, como saú-

29 De outra parte diz Marx: “Creio haver demonstrado que as lutas da classe operária em torno do padrão de salários são episódios inseparáveis de todo o sistema do salariado: que, em 99% dos casos, seus esforços para elevar os salários não são mais que esforços destinados a manter de pé o valor dado do trabalho e que a necessidade de disputar o seu preço com o capitalista é inerente à situação em que o operário se vê colocado e que o obriga a vender-se a si mesmo como uma mercadoria. Se em seus conflitos diários com o capital cedessem covardemente, ficariam os operários, por certo, desclassificados para empreender outros movimentos de maior envergadura [...]”. Mais adiante sustenta que “a classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõem, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade” (1982, p.184).

de, educação, lazer, previdência, impostos e taxas diversas, além de outros componentes da rotina diária. Muitas famílias conseguiam realizar a mágica de “reservar” ou “poupar” pequenas importâncias, visando à aquisição de terreno, material de construção, etc. Logicamente, essa poupança era conseguida em detrimento de outras necessidades. Havia uma precarização generalizada em todos os setores da vida dos trabalhadores assalariados. As conseqüências imediatas do atendimento a essas demandas se refletiram no abandono da escola por parte dos filhos que atingiam a idade mínima para ingressar na fábrica (casos de até 12 anos) e na participação sempre mais intensa da mulher em atividades fora do ambiente familiar.

O trabalho de adolescentes de ambos os sexos e da mulher contribuiu, de forma decisiva, para a desagregação do modo de vida familiar. As crises no relacionamento intrafamiliar passaram a ser cada vez mais freqüentes, principalmente porque a figura paterna já não conseguia manter, sob seu controle, a totalidade dos membros da unidade familiar, da mesma forma como o fazia, como agricultor familiar, no meio rural.

A perda de poder por parte do pai, a independência, bem precoce, dos filhos e filhas, o envolvimento da figura materna em tarefas remuneradas, seja na fábrica, seja em outras atividades domésticas e de serviços, foram impactos que incidiram sobre a unidade familiar, exigindo adaptação à rotina da fábrica e à vida da cidade. O encontro “ocasional” de todos os membros da família causava, não raramente, a emergência de conflitos nada comuns no contexto anterior.

O envolvimento em tarefas ocupacionais das mulheres e dos adolescentes e jovens de ambos os sexos, todos entranhados no processo (re)produtivo, exigiu uma reestruturação radical no modo de pensar e agir de toda a unidade familiar, libertando-se do passado sem, contudo, perdê-lo de vista.

A indústria calçadista tem se destacado na utilização de mão-de-obra infantil, a partir dos 12 anos, já com carteira assinada, mesmo nos ateliês e trabalhos terceirizados. A necessidade

de todos os membros trabalharem para o sustento da família incidiu sobre as crianças em idade escolar, forçando-as a abandonar a escola, para integrarem-se precocemente ao trabalho, ajudando a família nas necessidades econômicas mais emergenciais.

A opção pelo trabalho assalariado na cidade, com transferência de moradia e alteração das condições de vida e de trabalho, implicou uma série de alterações que afetaram o próprio sentido de identidade do universo social em estudo, forçando estas pessoas a redefinirem a sua identidade, a incorporarem traços do novo contexto, a combinarem valores novos e antigos e a adaptarem-se ao meio socioprofissional, sob pena de inviabilizarem sua permanência no novo contexto.

2.4 Estratégias de reprodução familiar

O novo contexto exigiu dos migrantes rurais a construção de novas estratégias de reprodução. O processo de sair da condição de agricultores familiares para ingressar na condição de assalariados nas fábricas, inserindo-se integralmente num outro modo de vida, requereu da família migrante a capacidade de incorporar os traços do novo ambiente.

2.4.1 Inserção nas novas condições de trabalho

A fábrica passou a ser vista não só como local de venda de força de trabalho, de aprendizagem, de subordinação e de resistência, mas também de tomada de consciência das opções e alternativas que se apresentavam naquele contexto. Dito de outra forma, a fábrica passou a ser um laboratório de idéias que mais tarde poderiam ser determinantes na opção por um trabalho por conta própria.

O efeito da “boa propaganda” sobre o trabalho assalariado da fábrica refletiu diretamente sobre os trabalhadores rurais. As vantagens da nova situação de vida visualizam-se como capacidade de dispor de bens de consumo e equipamentos materiais diversificados, além da facilidade de co-

municação e da multiplicação de contatos. O novo contexto, em sua dinamicidade, abriu espaços para a penetração de valores culturais e estilos de vida considerados avançados e inovadores para os migrantes que chegavam. O acesso aos bens de consumo e a infra-estrutura básica estavam ao alcance da mão, embora, nem sempre, estivessem ao alcance do bolso do trabalhador. A cidade, através do seu centro dinâmico concentrado na fábrica, propiciava um giro de dinheiro muito mais rápido do que no meio rural. “As coisas aqui na cidade ficaram mais fáceis. Aqui rola mais dinheiro do que lá na colônia, pelo menos pra mim, né! [...]. Aqui na cidade, se recebe a cada 15 dias. Lá na colônia não dá de 15 dias em 15 dias e não é um dinheiro certo como aqui.” (Entrevista 7).

A cidade oferecia algumas vantagens às famílias que migraram em busca de emprego e melhores condições de vida. O próprio ato de migrar é lembrado como uma coisa que deu certo: “Olha, para mim foi uma boa, porque eu vim de lá e deixei dívidas lá. No mesmo ano, voltei e paguei e tenho o que tenho hoje tudo daqui. Comprei terreno, fiz casa. Os filhos todos casaram, têm terreno, têm casa, têm carro e como eu tenho esse negócio aqui [referindo-se ao seu minimercado], vou levando” (Entrevista 7).

A realização pessoal, através do orgulho de mostrar que o ato de migrar foi uma decisão acertada, aparece refletida na expressão de contentamento do informante. A compra do terreno, a construção da casa e a compra de um carro emergem como significativas vantagens do contexto de chegada sobre o contexto anterior.

A idéia de se aposentar como funcionário da Azaléia também é expressa com um misto de orgulho e sensação de dever cumprido:

...mas como surgiu a oportunidade de vir a Parobé, estou trabalhando na fábrica até hoje, estou gostando do serviço, eles estão gostando do meu serviço, porque estou fazendo 60 anos dia 7 de dezembro e não me botaram pra rua, ainda. Então eu vou ficar lá até me aposentar. Estou arrumando os papéis para me aposentar, inclusive vou ficar uma semana ou duas em Palmitinho para buscar os papéis, para encaminhar minha aposentadoria (Entrevista 7).

Para as pessoas que viveram de uma maneira muito difícil, sempre “pegando no pesado”, sem férias e sem outras garantias sociais, direitos do trabalhador assalariado urbano, empregar-se na fábrica com direito a tais “regalias”, surpreendeu um dos informantes, principalmente pelo fato de que mal conseguira um emprego e, logo no final do primeiro mês, já estava em férias: “Assumi 30 dias e já tivemos férias coletivas. Estranhei o trabalho, porque na roça era pesado e aqui era só colocar uma borrachinha...” (Entrevista 14). O informante revelou-se um funcionário importante pela disponibilidade para o trabalho e pelo grau de instrução (segundo grau completo). Entre 1989 e 1990, a fábrica em que o informante trabalhava, começou a operar no vermelho, falindo sem quitar os compromissos com os funcionários.

Entre a atividade ocupacional do contexto de origem e a atividade desenvolvida na fábrica ou mesmo numa atividade por conta própria, nem sempre há semelhanças que possam aproximar tais atividades. Há casos em que a diferença fica bem evidente.

Não vejo semelhança, porque no trabalho da roça você usa a força física, tu não tem o desgaste psicológico, tu sabe que é aquele trabalho[...]. No escritório de contabilidade, não, é um desgaste psicológico muito grande[...]. Tu tem que estar atualizado dia a dia, porque as leis mudam com frequência. No momento que tu pensa que sabe tudo, tu não sabe mais nada... (Entrevista 14).

Entre os desafios que o migrante enfrenta, ao decidir-se pela nova condição de vida, está a sua inserção na cidade, concorrendo a vagas por um emprego com pessoas do lugar mais bem preparadas, conhecedoras do espaço físico e político, com maior grau de escolaridade e, ao mesmo tempo, devendo suportar o custo de vida que é significativamente maior que o do contexto de origem.

O novo *habitat* escolhido pelo migrante, invariavelmente, deixa-o perplexo e impotente diante de tantos desafios e novidades. De um lado, persiste em não romper com os vínculos relacionados ao contexto anterior, isto é, não quer perder sua identidade original; de outro, sente-se estimulado e pressionado a assimilar todo um conjunto novo de valores, hábitos e normas de con-

duta que desafiam os atores sociais a se inserir, em sua totalidade, num novo modo de vida.

2.4.2 Reconstituindo a rede inter e intrafamiliar e profissional

O ambiente familiar, num primeiro momento, se desarticula. O novo contexto apresenta-se como algo estranho. Tudo passa a ser motivo para comentários, sugestões, convites, desafios, temeridades. Aos poucos, o espaço familiar se reorganiza, e a rede de relações começa a ser refeita a partir do centro de referência que é a fábrica. Importa observar a nova dinâmica que rege a relação entre pais e filhos, marido e mulher, família e vizinhança. Tudo é reorganizado, tendo por base o novo local de trabalho. Buscam-se explicações sobre esta reorganização sociocultural, evitando-se, inclusive, a emissão de juízos, muitas vezes, inadequados e inoportunos.

Recriar uma rede de relações, num ambiente socioeconômico e cultural diferente, implica, antes de mais nada, uma abertura ao diálogo, expressa na capacidade do ator social de falar e agir, reconhecendo o outro e sendo por ele reconhecido, aceitando a diversidade e a pluralidade como experiências enriquecedoras na interação entre as partes socializantes e socializadas. Partilhar um espaço até então desconhecido pode se transformar numa experiência qualificada e humanizante. Ou, como diz Arendt, apud Jovchelovitch (1995, p. 67),

viver entre as pessoas de modo humano pressupõe a capacidade de escapar do domínio da pura necessidade para um espaço que é qualitativamente diferente – o espaço da ação e do discurso, onde as pessoas realizam sua capacidade para falar e agir[...]. É na experiência da pluralidade e da diversidade entre pessoas diferentes – que, porém, pode levar ao entendimento e ao consenso – que o significado primeiro da esfera pública pode ser concentrado.

Do encontro dos de fora com os do lugar, é possível extrair-se lições de vida e exemplos de solidariedade muito significativos.

Sim, chegava de tarde, nós ligávamos o rádio na frente de casa e a mulher trazia um prato de bolo pra todo mundo comer. Aquilo parecia uma alegria, todo mundo

junto, escutando música [...]. Tem gente boa de porta de casa que diz: “Olha vai lá em casa assar carne que tem churrasqueira e que é meu compadre hoje”. Era só atravessar a rua, assava a carne lá na casa dele, com o carvão dele, não me cobrava nada. O meu poço de água estava sujo e até que fosse limpadado, meu compadre disse: “Não! vai lá em casa buscar água que teu poço não tá bom”. Gente estranha que eu nunca tinha visto foi um irmão pra mim! (Entrevista 7).

A racionalidade, a impessoalidade e o anonimato são substituídos pela solidariedade, pelo reconhecimento de iguais, embora diferentes, pela partilha de objetos que podem ser socializados. O migrante recria relações tipicamente rurais em plena cidade. Num primeiro momento, a vontade de servir do acolhedor e do acolhido se equivalem. A doação supera limites e preconceitos. A solidariedade entre iguais se fortalece.

O depoimento transcrito acima identifica um relacionamento em que prevalece a solidariedade, a disponibilidade e a aceitação recíproca do diferente, o que mais tarde se confirmará, quando o vizinho tornar-se compadre, aprofundando ainda mais os laços de amizade e cumplicidade. Dito de outro modo, o que fica claro é que a pluralidade e a diversidade aglutinam os diferentes, concretizando um modo todo particular de reconhecimento e de aceitação.

A solidariedade expressa-se pela “proximidade física, a simpatia pessoal, e a experiência comum de auxílios recíprocos, a familiaridade que brota da convivência, se apresentam como fatores de solidariedade” (Durhan, 1973, p.74).

A rede de relações que se estabelece com a vizinhança, desde a acolhida da família do migrante, é expressa pelo empréstimo de ferramentas (martelo, serrote, machado, furadeira,...) a cedência da churrasqueira para assar o churrasco do fim de semana, a divisão da água do poço, numa demonstração de até aonde pode chegar a capacidade de doação e auto-ajuda. Em alguns casos, o grau de cumplicidade e relacionamento, com o tempo, vão se fortalecendo, chegando a situações de namoro e casamento.

A amizade com o vizinho de porta constitui-se num valor muito prezado entre as famílias de trabalhadores rurais que se transferem para a

cidade. “Nunca fui mal com os vizinhos. Tem vizinho do lado que eles vêm tomar chimarrão junto, sempre nos damos bem. Inclusive eu digo, o irmão da gente que se dá mais bem é o primeiro vizinho. Na hora “H” quem te ajuda é o primeiro vizinho” (Entrevista 7). “Se a gente se queixar de um vizinho, olha, a gente comete pecado...” (Entrevista 5).

Para muitas famílias de migrantes, o início na cidade foi muito difícil, apesar do ingresso nas fábricas ser imediato. Houve uma situação em que o pai e mais quatro filhos foram para a mesma fábrica vender sua força de trabalho, assim que chegaram com a mudança. A mãe, por sua vez, foi trabalhar como doméstica. Os irmãos, menores de 12 anos, tomavam conta da casa. A água para o banho era esquentada em panelas, no fogão a gás, porque não havia energia elétrica no bairro onde a família foi morar. A situação demonstra bem o grau de desarticulação intrafamiliar.

A relação inter e intrafamiliar vincula-se muito ao campo das representações sociais, enquanto implementadas por atores sociais em situações caracterizadas pela diversidade política, econômica e sociocultural. As representações sociais não estabelecem fronteiras, abrem espaço para o sujeito dialogar com o diferente e travar uma relação ora consensual e equilibrada, ora tensa e conflituosa. As representações sociais se desenvolvem no domínio da vida em comum, isto é, no espaço público. No entender de Jovchelovitch,

a necessidade de defender a vida em comum, ameaçada hoje pela miséria, pela violência e pela desigualdade, é também a necessidade de recuperar o pensamento, a palavra e a plena possibilidade de construir saberes sociais [...]. A realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos [...]. A visão de mundo dos diferentes grupos expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foram engendradas... (1995, 82-83-108).

Do encontro do ator social, nascido e criado na cidade, com o migrante que carrega fortes traços do rural, pode-se extrair uma síntese bastante reveladora, valendo-se do depoimento a seguir.

Tinha um homem aqui em Parobé que tinha um mercado, comprava ali dele, pagava conforme recebia, vale, pagamento. Ele foi um segundo pai pra mim, porque ele ensinava assim pra mim: “Teus filhos trabalham junto contigo na firma, chega no fim do ano, em vez de um rancho, tu faz dois porque estão todos em casa, gasta mais; outra: quando tu recebe o pagamento, dá uns troquinhos pra cada filho, pra ele não ficar” [...]. Naquele tempo, eu dava uns R\$ 5,00 ou 10,00 pra cada um e dizia: “Vocês não passam vergonha, se um paga um refrigerante, vocês paguem outro; se um paga pra turma uma cerveja, vocês paguem outra; precisou dinheiro, peçam pra mim, se eu não tiver, eu arrumo empregado”. Meu ensino foi assim que eu dei para os filhos (Entrevista 7).

Há dois ensinamentos importantes no depoimento acima. O primeiro deles apresenta a melhor maneira de dialogar-se com os filhos, quando o assunto for dinheiro. O segundo apresenta estratégias para garantir um bom ambiente familiar nas festividades de fim de ano. A expressão “foi um segundo pai para mim” revela muito mais que um gesto de gratidão, deixando cristalizada a imagem construída por ações que se tornaram significativas e que permanecem muito vivas na lembrança do informante.

Nas relações entre marido e mulher, os conflitos são freqüentes. Os casos em que a esposa consegue receber uma remuneração superior à do marido indicam a emergência de conflitos. O pátrio poder fica ameaçado. O poder de controle do marido sobre a esposa está irremediavelmente enfraquecido. Cria-se, para o marido, uma situação difícil de ser assimilada. Aceitar que a mulher trabalhe fora de casa já implica ceder espaço num campo nada convencional. A mulher, trabalhando na fábrica ou em outra atividade extraluar, recebendo uma remuneração superior, abala a masculinidade do marido. Esta situação de inferioridade em relação ao salário da esposa torna-se incômoda.

Após um ano de trabalho (por conta própria), com apenas um cliente e dependendo do salário da mulher para sobreviver, o marido tinha razões mais que suficientes para entrar em crise e pensar na hipótese de “largar tudo e voltar pra fábrica!”, mesmo porque, para o informante: “Sapiranga rimava com fábrica” (Entrevista 14).

Ao justificar a decisão de investir no trabalho por conta própria, a informante conta que, na roça, trabalhavam lado a lado, faziam todas as atividades em conjunto. Agora, o marido está num emprego, e ela (informante), no outro. E os filhos? O contexto da fábrica desarticulou laços de família bem tradicionais, forçando os migrantes a mudanças estranhas às suas práticas anteriores. “Nós sempre íamos junto na roça e agora só nos encontrávamos à noite. Sobrava pouco tempo para a filha” (Entrevista 12).

Em sociedades com características tipicamente rurais, conservadoras, a probabilidade de relações amorosas entre jovens estava subordinada aos olhos atentos dos pais e da própria sociedade, sempre muito reticente às novidades no mundo dos valores. Desaprovar uma relação amorosa, pretendida pela filha, era algo comum sob o ponto de vista dos pais e da sociedade. O novo contexto, entretanto, aos poucos, foi fortalecendo um novo padrão de relações afetivas, porém, em certos casos, o comportamento do pai em relação aos filhos, continuou idêntico ao do tempo da roça. Quando o assunto se tratava de dinheiro distribuído entre os filhos homens e as filhas mulheres, o informante respondeu prontamente:

não, para as meninas, não! para as meninas eu dava roupa, calçados, o que elas precisavam, afinal. Dinheiro, se algum dia elas saíam, eu dava, mas não dinheiro que nem eu dava para os guris, para se divertir, não, porque o dia que elas iam para um divertimento, iam com eu, com a mulher, junto. Então era eu que pagava tudo. Mas para os guris eu dava um dinheiro separado (Entrevista 7).

2.4.3 Assimilação dos impactos do novo modo de vida

O migrante rural, ao passar do trabalho por conta própria na roça (agricultura familiar) para o trabalho assalariado na cidade (troca da força de trabalho por um salário), adapta-se às novas relações de trabalho, sem romper os vínculos afetivos e socioculturais com o passado. Candido entende que:

O processo de urbanização-civilizador, se o encararmos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana (1964,174-5).

Um desafio, enfrentado pela família migrante ao chegar à cidade, é a superação do estigma de ser colono, da roça, caipira, ignorante (sem escolaridade), ou seja, a necessidade de superar uma série de atributos depreciativos, redefinindo sua identidade, sem ignorar nem desprezar sua identidade anterior. O estigma, segundo Goffmann (1978), se define em relação ao outro, fora, ou a um padrão ou código de conduta. Estigma é algo que sempre ressalta a diferença. Para o caso dos migrantes que abandonaram o trabalho da roça para se candidatarem a um trabalho na fábrica, o que mais prevalece é o estigma cultural, ou seja, o fato de ele (migrante) ser da roça, imprimindo-lhe uma marca de atrasado, iletrado, grosso, colono (termos utilizados pejorativamente). A reação do estigmatizado, geralmente, tem sido de aceitação, embora, em menor número de casos, ocorra uma rejeição do padrão de normalidade pelo qual é categorizado. Em outras vezes, o migrante reage, ignorando sua identidade anterior, evitando lembrar o seu passado de agricultor, aceitando passivamente valores estranhos à sua trajetória de trabalho e à sua identidade.

Entretanto, na maioria dos casos, tem-se observado que o migrante, ao se defrontar com este novo modo de vida, procura desenvolver alternativas que lhe possibilitem superar tais componentes de menosprezo e pouco prestígio. Geralmente, ele o faz por meio da cultura solidária (doação, amizade, valorização do outro pela partilha e pela socialização de objetos e instrumentos de trabalho, etc.), ou, ainda, por um esforço individual para dominar áreas em atividades consideradas fechadas e para as quais, apesar do esforço realizado para adaptar-se à nova atividade profissional no meio urbano, as respostas são insatisfatórias.

Embora se concorde com os que afirmam estar a cidade enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, não se pode ignorar o fato de que, nesta mesma cidade, nas vilas e bairros onde predomina a presença de migrantes rurais, está presente e bem conservada a marca do rural. Conserva-se a identidade dos atores sociais à imagem do seu contexto de origem. As casas e a forma de ocupação dos terrenos demonstram esta realidade.

É importante observar-se a ocupação do terreno. A família acostumada com a realidade da roça, apesar de sua dificuldade para transitar em espaço tão reduzido, reproduz, simbolicamente, o espaço que tinha no contexto de origem. A distribuição do que entende como indispensável, é bem significativo. A reserva de um espaço para a horta é fundamental e é lá onde se encontram as mais diversas variedades de temperos, verduras e legumes, já que estes componentes não podem estar ausentes no cardápio das refeições, assim como o uso de chás é recorrente, seja para deixar o chimarrão com um gosto todo especial, seja para amenizar uma má digestão ou algo do gênero.

É muito comum observar-se em lugares ora estratégicos, ora exóticos do terreno, um pé de cana-de-açúcar, alguns pés de aipim, pés de milho de pipoca, etc. Há prioridade também para as árvores frutíferas: um pé de laranjeira aqui, outro de limão mais ao fundo e, assim, o terreno vai ganhando ares de ruralidade. Dotar o terreno, nos seus mínimos espaços, com produtos dessa natureza faz parte do ritual e da estratégia dos migrantes para recriar, no novo contexto, parte da realidade vivenciada como agricultores familiares.

No interior da casa, também é fácil identificar a presença do modo de vida anterior, seja pelos quadros expostos na parede, seja pelos móveis rústicos, alguns deles remanescentes do local de origem, seja, ainda, pelos hábitos que foram incorporados e adaptados às necessidades do novo contexto. Há outras marcas do rural, menos visíveis, porém zelosamente guardadas pelas donas da casa. Trata-se das caixas de foto-

grafias, muitas delas ainda em preto e branco; recordações de gerações passadas que marcaram época pela coragem e determinação com que enfrentaram o seu tempo de vida. As “coisas antigas” espalham-se por todo o ambiente. É o testemunho da história e da existência dos que os precederam. E se estão preservadas, é porque a trajetória da família migrante tem um sentido todo especial. Em outras palavras, é a identidade da família que está sendo preservada, recriada permanentemente, válida enquanto a utopia for o horizonte dos atores sociais.

Conforme ensina Candido (1964), a passagem de um tipo de cultura a outro depende, em grande parte, para o seu êxito, do ritmo com que se dá a incorporação dos traços. O mesmo autor ensina, ainda, que, muitas vezes, os indivíduos e os grupos se encontram em presença de novos valores, propostos ao seu comportamento e à sua concepção de mundo, e que, para tal situação, podem ocorrer três soluções: a) os valores novos podem ser rejeitados e os antigos mantidos na íntegra; b) os valores novos podem ser aceitos em bloco e os antigos, rejeitados; c) os valores antigos se combinam com os novos em proporções variáveis. Para o presente estudo, a terceira possibilidade é a mais freqüente. Na maioria dos casos, os valores considerados válidos e prezados no meio rural combinam-se com os valores prezados na cidade e com práticas de socialização diferenciadas.

Contudo, se um ator social entender que é necessário participar da diversidade e da pluralidade da vida sociocultural, política e econômica da cidade, deverá abrir mão de particularidades restritas ao modo de vida anterior e subordinar parte de sua individualidade às exigências do novo modo de vida, em sua dimensão social mais ampla, participando, solidária e ativamente, no âmbito da esfera pública. Todavia, na totalidade das representações sociais, manifesta-se uma profunda interação entre o ator social, oriundo do meio rural, que opera suas ações em sintonia com o outro, já plenamente identificado com o espaço vivido, desdobrando-se sempre no difícil equilíbrio entre o sonho e a realidade. As diferentes formas

de representações interpenetram-se dialeticamente, ora aproximando os atores sociais, ora distanciando-os.

A relação do migrante com nova realidade (na vila, no bairro, na fábrica...) torna-se cada vez mais complexa e impessoal. A fábrica, por ser o centro dinâmico e local de venda da mercadoria força de trabalho, converge, à sua volta, toda uma rede de interesses, desde a expansão da sua esfera de influência político-econômica até a atração de investimentos do Poder Público para melhorias localizadas, relativas à infra-estrutura e ao sanea-

mento básico. Tão importante quanto a fábrica na sua estrutura física externa, é o que acontece no seu interior, na relação que se estabelece entre a parte que coloca à venda sua força de trabalho e a parte que se dispõe a comprá-la. Esse processo, de caráter essencialmente capitalista, de difícil compreensão pela sua complexidade e dinamicidade, esconde uma prática reprodutora de desigualdade e exclusão social. É um processo dinâmico, profundamente dialético, marcado por tensões, articulações, encontros, desencontros e reencontros.

Conclusão

Neste artigo, a intenção foi analisar, sumariamente, os aspectos mais significativos que marcaram as múltiplas histórias de vida e de trabalho de agricultores familiares do contexto de origem (o meio rural) ao contexto de chegada (a cidade), e as implicações que tais mudanças provocaram, com base nas novas relações socioprofissionais, políticas e culturais, estabelecidas com o novo ambiente de moradia e de trabalho. É, nesse contexto, que se vivenciam conflitos e entendimentos entre os “do lugar” e os “de fora”, e destes com a elite político-econômica local. A cidade muda. O agricultor familiar também. Ambos, vistos antes e depois do processo migratório, não são mais os mesmos. Outras características lhes dão nova feição. A realidade será definida valendo-se de novos parâmetros. O ritmo de vida familiar dos “do lugar” perde a sua coerência, enquanto os “de fora” se ressentem pela ausência de um canto para estar só. Os motivos que os aproximam, podem ser os mesmos que os afastam. Nesses termos, a passagem da atividade ligada à agricultura familiar para o trabalho assalariado é feita ao ritmo dos impactos que ela provoca nos atores sociais envolvidos.

A facilidade de acesso aos meios de transporte, ao mercado, à farmácia, ao posto de saúde, à escola, enfim, a aspectos essenciais à vida das pessoas, confere à cidade uma vantagem significativa em relação ao meio rural, caracterizado pela distância de tudo e de todos. Nunca é demais

reforçar que o agricultor familiar, para conseguir boas safras, dependia, invariavelmente, de sua disposição para o trabalho, da generosidade da natureza, de preços compatíveis com os custos de produção e de uma relação qualificada com o comerciante, alicerçada na honestidade e confiança mútua.

Aos poucos, aquele pacato agricultor acostumado à lida da roça, controlando sua jornada de trabalho pelo sol, observando as fases da lua para a melhor época do plantio, vê-se inserido numa realidade em que sua presença passa despercebida, tem o relógio como um instrumento indispensável e seu reconhecimento, na empresa, será feito pelo número do seu crachá. Inicialmente, tudo é novidade, curiosidade e aventura. Aos poucos, porém, este mesmo trabalhador dá-se conta de que a fábrica onde trabalha tem um dono, regras rígidas e metas a serem cumpridas, os horários de trabalho são predeterminados, enfim, percebe que, nesse espaço de trabalho, ele não decide em nenhuma instância. Ao contrário, aprende desde cedo que é preciso obedecer. Mas esse ambiente de obediência e submissão esconde também a possibilidade de subversão, ou seja, da aprendizagem individual e coletiva podem surgir a motivação e a determinação de investir no trabalho por conta própria ou de conquistar os direitos que só o coletivo organizado poderá reivindicar com possibilidade de sucesso.

Referências

- ABROMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs, 1992.
- BERGER, Paul L; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade*: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 200-14.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BRAUM, Jaime Caetano. *Vocabulário Pampeano*. 2. ed. Porto Alegre: Edigal, 1998.
- BRUM, Argemiro (coord.). *Perfil do Setor Agropecuário da região do COREDE do Médio Alto Uruguai*. Frederico Westphalen: Editora da URI, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito*. Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- CENSO rural expõe os contrastes. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 18 jun. 1998. Editorial.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización da unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COREDES. *Plano estratégico de desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul*. Frederico Westphalen, out. 1996.
- COREDES. *Relatório de atividades*. Gestão 1997/1999, Frederico Westphalen, 1999.
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. Um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- DEERE, Carmen; JANVRY, Alain de. Marco conceitual para a análise empírica pelos camponeses. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 40-8, 1993.
- DURÁN, Francisco Entrena. Viejas y nuevas imágenes sociales de ruralidad. *Estudios Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 76-97, 1998.
- DURHAN, Eunice Duran. *A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ENDERLE, Armando Triches. *Palmitinho: origem e trajetória histórico-cultural*. Frederico Westphalen: Editora da URI, 1996.
- FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional, 1972. p. 131-50.
- FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 1985, v.16.
- GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA A. D. D; BRANDERBURG, A. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998. p. 121-42.
- GOFFMANN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. A memória da casa e a memória dos outros. *Travessia*. São Paulo, n. 32, p. 17-24, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro: IBGE, v.2, t.3. n. 22, 1ª pt, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: migração*. Resultado de amostra. [S.l.] IBGE. 1981. n. 24.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios*. [S.l.], 1991. n. 24.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da população: resultados relativos a sexo da população e situação da unidade domiciliar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v.1.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 63-85.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta, 1980.

- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Economistas).
- MITRANY, David. *Marx contra o camponês*. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. (Coleção Síntese Rio-grandense).
- RUBERT, Rosane Aparecida. *Construindo tempos, reconpondo tradições: um estudo etnográfico de memórias junto a velhos moradores de um contexto rural – Região do Médio Alto Uruguai (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade. Análise de representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. Aspectos da proletarização do camponato no Vale do Itajaí (SC): Os colonos-operários. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987. p. 103-20.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. Fim de Século. *Folha de São Paulo*, 4 dez. 1994. Caderno Mais, p. 6-9.
- SILVA, José Graziano da. *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).
- SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. *Lua Nova*, São Paulo, n.35, p. 167-81, 1995.
- SINDICATO DOS SAPATEIROS DE SAPIRANGA, ARARICÁ E NOVA HARTZ. *Diagnóstico do Sindicato. Sapi-ranga*, out. 1999.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Espaços urbanos: territorialidades e representações. In: SPOSITO, Eliseu L. (org.). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP, 1999. p. 13-29.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIEIRA, Eurípides; RANGEL, Suzana Salun. *Geografia econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sagra, 1993.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otavio G. *O Fenômeno Urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 97-119.

Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS
Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*
Sonia Montaña
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*
Prof. Dr. Atílio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)